

MESTRADO
CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES REFUGIADAS
ATRAVÉS DA SUA INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE
TRABALHO – ESTUDO DO CASO MEZZE

ISABEL D'ÁVILA RENAULT DE OLIVEIRA

OUTUBRO - 2019

MESTRADO
CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES REFUGIADAS
ATRAVÉS DA SUA INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE
TRABALHO – ESTUDO DO CASO MEZZE

ISABEL D'AVILA RENAULT DE OLIVEIRA

ORIENTAÇÃO: PROF. DOUTOR PEDRO VERGA MATOS

OUTUBRO - 2019

Isabel d' Avila Renault de Oliveira

Inclusão social de mulheres refugiadas através
da sua integração no mercado de trabalho –
estudo do caso Mezze

A todas as mulheres e crianças refugiadas.

Agradecimentos

O primeiro agradecimento é dirigido ao Professor Pedro Verga Matos que, desde o início do curso, há 2 anos, se fez presente de forma muito cuidadosa como professor e, nos últimos meses, como orientador, foi brilhante a conduzir o presente estudo. A sua orientação geral, seu sentido crítico e entusiasmo foram fundamentais para chegar até aqui.

Agradeço à Francisca Henriques, co-fundadora do projeto estudado, por ter disponibilizado seu tempo e ter dado voz a este trabalho, ao confiar a mim a história do Mezze e que contribuiu de forma valiosíssima para este projeto.

Um agradecimento especial aos meus pais que, mesmo me vendo partir para bem longe de casa, me apoiaram sem restrições neste projeto e durante toda a minha vida. Adicionalmente, agradeço a minha irmã que, como irmã mais velha e mestre, me deu conselhos preciosos durante este percurso.

Não poderiam faltar nesta seção de agradecimentos o meu tio Fernando e minha madrinha Lúcia, que me dão colo, xícaras de chá ou taças de vinho e me fazem sorrir quando a saudade de casa aperta.

Agradeço aos meus amigos que ficaram no Brasil e que, mesmo à uma longa distância, torcem pelo meu sucesso e felicidade.

Obrigada Portugal por se fazer minha casa e muito obrigada aos meus amigos portugueses e brasileiros que conheci em Lisboa, que me receberam tão bem e que facilitaram o caminho para este projeto ser concluído de forma divertida e prazerosa.

Obrigada Soraia por todo carinho desde os primeiros dias de aula, obrigada Julia por sua amizade desde a infância até os dias de hoje (e por me apresentar Portugal, sua segunda casa) e obrigada Patrick pela companhia durante todos os dias dessa jornada. Com vocês por perto até os piores dias são lembrados com um sorriso.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo medir a sustentabilidade e o impacto da inclusão social de refugiados, principalmente mulheres e jovens no mercado de trabalho, a partir do estudo do projeto Mezze, desenvolvido pela Associação Pão a Pão, em Lisboa, considerando os impactos sociais e económicos da inclusão desse grupo.

Para possibilitar este estudo, os capítulos seguintes estão divididos entre o enquadramento teórico, que visa ilustrar o cenário da crise de refugiados e, para isso, recorre à conjuntura histórica, contextualização da guerra síria e a realidade feminina durante o processo de refúgio, as principais políticas e ações da Europa e de Portugal para amenizar esta crise. Também é feita a contextualização teórica da inovação social e o empreendedorismo social, como ferramenta para a inclusão deste grupo.

Segue-se com o enquadramento metodológico que indica o estudo de caso, baseado em análise documental e por meio de entrevistas, o método mais adequado, já que esta metodologia é a indicada para estudos de configurações únicas, atuais, complexas e pouco investigadas.

Após contextualização teórica, a sustentabilidade financeira do projeto é estudada com base nos principais relatórios de conta e balanços fornecidos pela Associação Pão a Pão, que constam nos Anexos 1 e 2. Adicionalmente, são analisados os principais impactos económicos do ponto de vista do governo português (com base na análise dos auxílios financeiros concedidos a este grupo e a sua comparação com os valores recebidos em impostos). Os impactos sociais são analisados através de dados estatísticos e das perceções da cofundadora do projeto, Francisca Henriques, entrevistada para este estudo.

E por fim, há um capítulo dedicado à conclusão, no qual é possível verificar todos os pontos de análise, obstáculos encontrados neste estudo e sugestões para futuras investigações.

Palavras chave: Refugiados, inovação social, empreendedorismo social, empoderamento de mulheres, sustentabilidade, Portugal.

Abstract

The present study aims to measure the impact of refugees' social inclusion, especially women and young people due to the labor market, from the study of the Mezze project, developed by the Associação Pão a Pão, in Lisbon, considering the social and economic impacts of the inclusion of this group.

To enable this study, the following chapters are divided between the theoretical framework, which aims to illustrate the refugee crisis scenario and, for that, it uses the historical conjuncture, contextualize the Syrian war and the female's reality during the refuge process and the main European and Portuguese policies and actions to soften this crisis. It is also made the theoretical contextualization of social innovation and social entrepreneurship, as a tool for this group inclusion.

It follows with the methodological framework that indicates the case study, through interviews, the most appropriate method, since this methodology is indicated for studies of unique, current, complex, not extensively investigated.

After theoretical contextualization, the financial sustainability of the project is studied based on the main financial reports and accounting balance sheet provided by the Associação Pão a Pão. Additionally, the main economic impacts related to the Portuguese government, such as the financial aid granted to this group and the comparison with the amounts received in taxes by this project, that is in other words, the study of economic sustainability from the Portugal point of view. The social impacts are analyzed through statistical data and the perceptions of the co-founder of the project, Francisca Henriques, interviewed for this study.

And finally, there is a chapter dedicated to the conclusion, in which it is possible to check all the points of analysis, results and obstacles found in this study.

Keywords: Refugees, social innovation, social entrepreneurship, woman empowerment, sustainability, Portugal.

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. Refugiados	3
2.1.1 Contextualização Histórica	3
2.1.2 A Guerra Civil Síria	4
2.1.3. Enquadramento das Mulheres Refugiadas	6
2.1.4 Problemáticas do Acolhimento dos Refugiados	9
2.1.5 Soluções Atuais para o Acolhimento dos Refugiados	11
2.1.6 Enquadramento de Portugal na Crise dos Refugiados	13
2.2. Inovação e Empreendedorismo Social.....	16
2.2.1 Inovação Social	16
2.2.2 Empreendedorismo Social	17
2.3. Empoderamento Feminino.....	19
3. Enquadramento Metodológico	21
4. Estudo de caso.....	23
4.1. Associação Pão a Pão.....	23
4.2. Projeto Mezze.....	26
4.3. Dificuldades na Gestão do Projeto.....	29
4.4. Sustentabilidade Financeira e Impactos	30
4.5. Impactos Sociais.....	34
5. Conclusão	36
6. Referências Bibliográficas	39
7. Anexos.....	53
Anexo 1	53
Anexo 2	54

Lista de Tabelas

Tabela I – Investimentos	25
Tabela II – Receitas e Despesas	30
Tabela III – IRS e Contribuições para Segurança Social	33
Tabela IV –IVA e Imposto sobre Rendimento Pagos ao Estado	33

Lista de Acrónimos

ACM – Alto Comissariado para as Migrações
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CPR – Conselho Português para Refugiados
EaSI – Emprego e a Inovação Social
IRC – Imposto sobre Rendimento Coletivo
IRS – Imposto sobre Rendimento Singular
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIM – Organização Internacional para as Migrações
ONU – Organização das Nações Unidas
PAP – Associação Pão a Pão
PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados
UE – União Europeia
SEA – Agência de Empreendedores Sociais
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SJR – Serviço Jesuíta aos Refugiados
UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

1. Introdução

A crise de refugiados na Europa tornou-se uma questão importante e tomou as principais capas das principais revistas e jornais em 2015 em consequência da guerra na Síria. Segundo o Parlamento Europeu (2017), baseado nas estatísticas do ACNUR (2018a), o movimento migratório de refugiados apresentou uma acentuada queda no ano de 2017, em comparação aos anos anteriores, mas continuou a ser extremamente elevado. Com efeito, apesar desta queda, estima-se que existam mais de 68,5 milhões de refugiados no mundo (UNHCR, 2018). Segundo o relatório da UNHCR, no final de 2017, a Europa totalizou mais de 6,1 milhões de refugiados abrigados, sendo pouco mais de 900 mil só naquele ano (UNHCR, 2017). Por este elevado número de refugiados, esta problemática está entre as prioridades da Agenda da Comissão Europeia (Comissão Europeia, 2015b) e, de formas distintas, cada Estado Membro procura soluções para as consequências a serem mitigadas.

Os refugiados, mesmo assistidos pelo Estado, encontram obstáculos na adaptação nos países que lhes concedem asilo, seja por questões culturais, linguísticas, pobreza e até por xenofobia (Machado, 2004; Maneri, & Wal, 2005). Numa situação ainda pior estão as mulheres refugiadas que além de todos os obstáculos do refúgio ainda precisam lidar com sua invisibilidade perante os olhos da sociedade já que, muitas vezes, não obtiveram direito a educação, são pouco instruídas e não foram estimuladas a tomarem decisões sozinhas. Além disso, uma grande parte dessas mulheres encontra-se sem o apoio de seu cônjuge seja porque o mesmo abandonou o lar, por estarem lutando no conflito ou até mesmo por morte (Coelho, 2016).

A União Europeia tem desenvolvido diversas políticas numa tentativa de amenizar e, até mesmo solucionar, esta crise, porém, os Estados não podem ser considerados agentes únicos e a integração desses indivíduos não pode depender apenas de políticas públicas assistencialistas e da caridade (Reis, 2004). Além disso, Turton (2003), apontou ser “necessário mudar o olhar sobre os refugiados, reconhecer sua voz ativa e importância do seu envolvimento nas ações de integração”.

Um dos principais direitos básicos do cidadão é o direito ao trabalho. No caso dos refugiados, atualmente, este direito é frequentemente dificultado pela falta de

documentos, inclusive diplomas certificados, válidos no país de refúgio (Lobo e Sampaio, 2016), além das dificuldades decorrentes muitas vezes do desconhecimento (ou menor domínio) da língua do país de acolhimento.

Porém, apesar deste cenário desafiador e com tanta burocracia, em Portugal, já é possível observar cidadãos comuns a apresentarem soluções empreendedoras e inclusivas que facilitam a integração destes refugiados. Além da Associação Pão a Pão que criou o projeto Mezze, primeiro restaurante sírio em Lisboa (Correio da Manhã, 2017), também existem projetos similares na focalização na integração de comunidades imigrantes e de refugiados, como por exemplo, o Speak (<https://www.speak.social/en/>), que, através da partilha de informações linguísticas e culturais, diminui barreiras e combate a exclusão de imigrantes (Fundação EDP, 2014).

Tanto o Mezze quanto o Speak são empresas sem fins lucrativos, isto é, cada um deles é definido como um negócio social que visa a integração de imigrantes e refugiados. No caso do objeto de estudo – o Mezze - o restaurante busca esta integração através de formação e oportunidade no mercado de trabalho para refugiados do Médio Oriente.

Após uma breve contextualização, o objetivo principal deste estudo é medir a sustentabilidade do projeto através da análise do impacto fiscal, social e econômico que o projeto Mezze proporciona com a integração de refugiados. Pretende-se perceber quais impactos, positivos e negativos que a inclusão dessas mulheres e jovens tem para a sociedade portuguesa como um todo.

A principal motivação foi, perante o cenário da crise de refugiados e após perceber que apesar de existir uma vasta literatura dedicada ao tema, sob várias perspetivas e em campos diversos, principalmente ciências sociais, humanas e políticas, há pouca investigação sobre o tema com foco na especificidade de gênero e, principalmente, na sustentabilidade de projetos alternativos de acolhimento deste grupo com caráter empreendedor.

Portanto, pode-se assim dizer que foi considerado como fator motivador da pesquisa, o caráter inovador, mesmo a nível internacional, e a possibilidade de obter resultados que poderão ser usados em outras experiências integradoras, mesmo em outros países, em linha com o projeto objeto de estudo.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Refugiados

2.1.1 Contextualização Histórica

Os movimentos migratórios, ou simplesmente migrações, não são eventos particulares da atualidade, já que estiveram presentes na história humana desde o início das civilizações. No século passado, dois acontecimentos causaram uma forte onda de migrações, desta vez forçadas: a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1943), estimou que mais de 60 milhões de pessoas migraram no período que acontecia a Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, foi necessário organizar e definir mais profundamente os conceitos de “migração” e “refugiado” para que fosse possível responder, de forma eficiente, o problema dos deslocados a fim de amenizar as consequências devastadoras da guerra. Atualmente, a Organização das Nações Unidas considera a estimativa anterior muito superior a realidade e entende que pouco mais que 20 milhões de pessoas foram deslocadas nesta época (ONU, 2017).

O conceito mais moderno de “migrações” foi definido pelo Alto Comissariado para as Migrações, ACM, em 2009, como “processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos.” (ACM, 2009)

Em 1951, foi criada a Organização Internacional para as Migrações, OIM, com objetivo de auxiliar e gerenciar os principais desafios da migração, incentivar o desenvolvimento social e económico por meio da migração, além de defender a dignidade humana e o bem-estar dos migrantes (OIM, 2018a). Suas principais atuações são principalmente na gestão, como por exemplo, a promoção da legislação, o debate e orientação política, a proteção dos direitos dos migrantes, a saúde e a questão de género nas migrações (OIM, 2018b).

No mesmo ano, a ONU, Organização das Nações Unidas, criou o ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, que fundamenta os trabalhos na

Convenção de Genebra, realizada no mesmo ano, que rege, até os dias atuais, sobre os deveres e direitos dos refugiados e dos países que os acolheram, determina que o refugiado receba o mesmo tratamento que os estrangeiros, tenha a possibilidade de obter emprego remunerado, que não sofra discriminação, que seja assegurada a sua liberdade religiosa, entre outros (ACNUR 1990, 2018b). Adicionalmente, a Convenção de Genebra e, a posteriori, o Protocolo de 1967 definiram o termo “refugiado” como qualquer pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.” (ACNUR, 1951 e ACNUR, 1967)

Neste trabalho, o termo “refugiado” será utilizado para descrever quaisquer pessoas que sofram migração forçada devido a violência e perseguição ou por questões ambientais. Serão tratados como refugiados qualquer requerente de asilo, mesmo o pedido ainda não avaliado.

Na segunda metade do século XX, eventos migratórios oriundos de guerras foram constantes e estáveis conforme as políticas de apoio aos refugiados foram sendo desenvolvidas, aprimoradas e executadas. Os patamares da Segunda Guerra Mundial só voltaram a ser atingidos após o início da guerra civil síria, em 2011 (BBC, 2014).

2.1.2 A Guerra Civil Síria

Para melhor entendimento sobre a situação da Síria, é importante mencionar que tensões políticas e religiosas da primeira década do século, tomaram grandes proporções e motivaram manifestações que ocorreram simultaneamente, em mais de 10 países no Médio Oriente e Norte da África, pondo em crise diversos regimes ditatoriais, como Egito, Tunísia e Líbia. Este acontecimento ficou conhecido como Primavera Árabe (Cereja, 2017). A tensão ficou cada vez maior, e manifestantes do país inteiro reclamavam pela demissão de Bashar al-Assad que resistia. Soma-se a este cenário o interesse dos Estados Unidos da América em destituir o ditador sírio para obtenção de petróleo por um valor abaixo do comercializado e em prol da aliança estadunidense e Israel (Ghotme & Rippol, 2014). Por outro lado, a Rússia defende e apoia belicamente a permanência do

ditador sírio, pois tinha forte interesse em manter sua única base naval fora de seu território (The Economist, 2012). E, assim, deu-se início a um confronto contra opositores que se organizaram como grupos paramilitares e a guerra civil síria assola o país há 8 anos (ACNUR, 2018c). Além do confronto com grupos paramilitares que objetivam derrubar o governo, houve também o conflito contra o grupo de extremistas denominado Estado Islâmico Sírio, o ISIS, um dos grupos terroristas mais bem organizados da atualidade que visava criar um califado islamita totalitário (Leite et al, 2017). Somente no primeiro trimestre de 2019, as Forças Democráticas Sírias declararam que o último território ocupado pelo ISIS havia sido recuperado. Apesar desta vitória, ainda se estima que 20 mil homens pertençam ao grupo e estejam espalhados pela Síria e Iraque (Lusa, 2019).

Nesta conjuntura, cidades inteiras foram destruídas, inclusive a capital do país, Damasco. Estima-se que, 11 milhões de civis foram obrigados a deslocar-se desde o início da guerra, sendo 5,6 milhões o número de pessoas que deixaram a Síria em busca de segurança e condições básicas para viver. Muitos civis se deslocaram para os países vizinhos como Turquia, Líbano e Jordânia (ACNUR, 2018c).

É importante mencionar que a Síria é o país que mais solicita asilos para seus cidadãos obterem refúgio em outros países. A Síria é seguida pelo Afeganistão, que permanece em guerra desde 2001, e o Iraque, que ainda sofre com a violência, uma das principais consequências da guerra que durou quase uma década e terminou em 2011 (Comissão Europeia, 2015c; Arango, 2016).

Como resultado do aumento do movimento migratório em decorrência destas duas guerras, do Iraque e da Síria, na última década o mundo assistiu à milhares de pessoas morrendo na travessia do Mar Mediterrâneo, de forma precária, para entrar na Europa pela costa italiana e grega tendo como destino principal a Alemanha (Teles, 2017).

O movimento migratório para a Europa é devido pela procura por melhores condições de vida, mas também porque países de monarquia rica do Golfo Pérsico como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait, Catar e Bahrein, não são recetivos aos refugiados sírios e iraquianos. Apesar dos governos afirmarem que acolhem estes refugiados, dados da UN Refugee Agency mostram que nenhum pedido de asilo foi aceito por estes países (UNHCR, 2017). A recusa é principalmente porque, historicamente, estes

países estiveram sempre em lados opostos politicamente (Ghotme & Rippol, 2014). Finalmente, por esta dificuldade de entrada nos países vizinhos e em busca de melhores condições de vida, os refugiados seguem para a Turquia e se arriscam na travessia do Mar Mediterrâneo que margeia, dentre outros, a Grécia e Itália.

Com o elevado número de travessias, e vítimas fatais, no Mediterrâneo, a ONU classificou a Crise de Refugiados, ou Crise do Mediterrâneo, como a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial (Metcalf-Hough, 2015). Isto se deve não somente pelo número de deslocados mas também pelas condições desumanas, às vezes fatais, que encontram desde seu país de origem até mesmo quando chegam à Europa, sendo privados do que se entende como direitos humanos, definidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (ONU, 1948), isto é, os direitos básicos, como direito a paz, um meio ambiente equilibrado e direito ao desenvolvimento assegurados a qualquer ser humano independentemente de raça, religião ou nacionalidade (Comparato, 2005).

Apesar das garantias que as leis internacionais supracitadas estabelecem para o problema dos refugiados, ainda há um descompasso com o que é de facto feito (Azevedo, 2018).

2.1.3. Enquadramento das Mulheres Refugiadas

Por questões históricas, as mulheres sofrem discriminação e violência em todas as sociedades, e a forma mais fácil de se verificar este comportamento é analisar as estatísticas de violações e feminicídio, ou seja, homicídio de mulheres motivados apenas por serem mulheres (Schwinn e Costa, 2016). Em novembro de 2018, Maria Fernanda Espinosa, a presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, divulgou num encontro em Nova York, que 35% das mulheres ao redor do mundo, já sofreram algum tipo de violência e que em 38% dos feminicídios, o assassino é cônjuge ou parceiro da vítima (Nações Unidas Brasil, 2018) .

Esta situação se agrava em regiões como o norte da África e o Médio Oriente, onde as mulheres são menos valorizadas socialmente, menos capacitadas que os homens e com acesso limitado a saúde, educação e mercado de trabalho (Al-Shdayfat & Hatamleh, 2017).

Quando se trata de situações de guerra, como neste caso na Síria, onde os civis estão mais vulneráveis, são as meninas e as mulheres as mais impactadas com violações aos seus direitos humanos, cometidos principalmente como arma de guerra: violência sexual, tráfico de mulheres, escravidão em locais de trabalho e impossibilidade de contato com a família são alguns exemplos (Schwinn e Costa, 2016).

No cenário das migrações forçadas, isto é, dos refugiados, também são as mulheres e as crianças as mais afetadas no percurso desde seu país de origem até a chegada no país de acolhimento (Luis et al, 2017).

Coelho, em sua obra “Mulheres Refugiadas em Portugal”, onde entrevistou de forma profunda 7 mulheres refugiadas com diferentes características como país de origem, idade, estado civil e número de filhos, apontou que “problemas específicos de género são uma parte estrutural da condição de asilo. As mulheres refugiadas têm necessidades específicas e, muitas vezes, veem-se confrontadas com dificuldades especiais para além de terem necessidades de proteção que o refugiado em geral.” (Coelho, 2016 p.10)

Apesar de serem maioria no cenário da crise de refugiados, estima-se que 44% dos refugiados que encontraram abrigo na Europa são mulheres e 41% são crianças, sendo esta a proporção mais baixa deste grupo entre todas as regiões do mundo (ONU, 2018). Mesmo assim, enfrentam dupla vulnerabilidade por serem mulheres e refugiadas e, por isso, estão em situações de extremo risco e vulnerabilidade em todo o trajeto da fuga (Coelho, 2016).

Nos campos de refugiado este problema permanece, se não se agrava, já que os assentamentos têm estrutura precária e são superlotados, havendo casos de violência cometida por desconhecidos, assim como o agravamento dos índices de violência doméstica. Apesar disso, as próprias mulheres, vítimas, justificam esse comportamento do agressor como consequência das tensões familiares causadas pelo estresse da guerra (Al-Shdayfat & Hatamleh, 2017) ou por seus cônjuges se sentirem fracassados pois não conseguem cumprir com as expectativas de manter financeiramente a família (Coelho, 2016).

A maioria das mulheres refugiadas, ao chegarem ao seu destino, ou no país de acolhimento, não possuem muitos recursos financeiros, uma consequência da

desigualdade ainda no país de origem. Muitas mulheres são vítimas de todo tipo de violência dentro dos centros de apoio como moeda de troca para terem acesso ao básico, como alimentos, transporte e alojamento (Luis et al, 2017). A situação piora à medida que as refugiadas se tornam as únicas responsáveis pelos filhos, seja porque o marido morreu ou ficou no país de origem para lutar na guerra, ou mesmo porque abandonou o lar (Coelho, 2016).

Ainda segundo Coelho, as mulheres refugiadas, apesar do estigma de “vítimas vulneráveis”, enfrentam obstáculos aterrorizantes porque entendem que são as responsáveis pela sobrevivência, saúde e educação de seus filhos. Estas mulheres têm um grande papel tanto na sociedade de origem quanto no que se refere ao país de asilo: são agentes de mudança e preservadoras da tradição (Coelho, 2016).

Nesta situação ambígua, sendo agentes da transformação e simultaneamente preservadoras da tradição, as mulheres apoiam os filhos e filhas para que se integrem, mesmo que discordem de suas escolhas. Ao analisar esta questão, Binder determina que as crianças são mais adaptáveis e aprendem mais facilmente idiomas e culturas diferentes (Binder et al., 2005).

Coelho contribui, ainda, apontando que não obstante a essa preservação da cultura de origem, muitas mulheres refugiadas passam a ser responsáveis socioeconomicamente pela família, após a perda do marido, seja por óbito, abandono, ou até mesmo porque o cônjuge, mais bem qualificado e com melhor formação, não encontra emprego. Este papel, anteriormente, no país de origem não era assumido por elas, pelo que essas mulheres sofrem dificuldades por muitas vezes não terem formação ou informação para gerir as finanças e, até mesmo, trabalhar (Coelho, 2016).

A autora (idem) conclui que a participação de mulheres refugiadas na sociedade é benéfica pois, além de reconstruírem a autoestima e a autoconfiança, reduzem o sentimento de isolamento e ainda, conduzem à autossuficiência da família. A autora vai além e determina que “quando lhes são dadas oportunidades, estas mulheres podem formar novos sistemas sociais de apoio efetivo aos membros da família, que são um potencial para ajudar outras pessoas.” (Coelho, 2016 p.78)

Relativamente às questões legislativas, as necessidades específicas de género não estão incluídas desde a Convenção de Genebra, que não prevê medidas específicas para

as mulheres refugiadas, tampouco entende que o género pode ser uma característica para o requerimento de asilo. Este cenário está evoluindo e, atualmente, o ACNUR apresenta uma política focada em mulheres refugiadas, considerando como um dos grupos mais expostos. No entanto, ainda há dificuldade de aplicação, já que cada país tem suas próprias diretrizes para a questão dos refugiados (ACNUR). Soma-se a esse obstáculo a percepção de que a inclusão do género como motivo de pedido de estatuto de refugiados causaria um elevado número de pedidos de mulheres (Freedman, 2012).

2.1.4 Problemáticas do Acolhimento dos Refugiados

Os Estados e suas políticas são de extrema importância nas decisões das migrações, porém não é um agente único (Reis, 2004). Muitos fatores de comportamentos da sociedade estão envolvidos nesta questão.

Um dos principais desafios no que tange a imigração é a inclusão social dos refugiados. Millere e Dobelniece (2018) elucidaram por “inclusão social” o processo de fornecimento de recursos, serviços e oportunidades para a garantia da participação dos indivíduos em diferentes sectores da sociedade. Enquanto Selimos e Jorge (2018), definiram o termo “inclusão social”, sobretudo, como ser reconhecido como membro legítimo de uma comunidade ou sociedade.

Para Pantazis et al (2006), a não inclusão social, isto é, a exclusão social, é baseada em 4 dimensões: empobrecimento, exclusão do mercado de trabalho, exclusão dos relacionamentos sociais e exclusão de serviços. Portanto, esta exclusão pode ser causada por diversas razões, como por exemplo, a rejeição, discriminação, pobreza, educação inadequada e desemprego (Millere & Dobelniece, 2018).

Analisando cada um desses fatores, no que se refere à rejeição, há diversas vertentes do que pode ser o principal causador deste sentimento. Stolcke (1995), menciona que a imigração pode ser considerada como uma ameaça à identidade nacional já que os imigrantes permanecem leais a cultura do país de origem. Para Pettigrew (2015), quando há uma recessão, como a crise econômica da Europa em 2008, desperta-se o sentimento de privação com, por exemplo, o aumento do desemprego e, naturalmente, há um aumento na competição e nos conflitos por recursos escassos. Esta privação desenvolve o sentimento de rejeição e retaliação a imigrantes.

Azevedo (2018) analisa a origem da discriminação dos refugiados e cita o preconceito religioso como o principal obstáculo. De acordo com o autor, o facto dos principais solicitantes de asilo na Europa serem de origem síria e iraquiana, onde a maioria da população é muçulmana, aumenta a rejeição destes refugiados por parte da população do país de destino em consequência da associação entre o Islã e o terrorismo. Adicionalmente, Choy e Salehyan (2013) apresentaram um estudo que relacionava os refugiados ao terrorismo e concluíram que países com maior número de refugiados produzem mais ações como o terrorismo. Além desta relação, a população de alguns países destinos é desfavorável aos muçulmanos por julgarem que os mesmos não se interessam por assimilar e integrar a cultura local (Azevedo, 2018) corroborando com a perceção de ameaça a hegemonia nacional que Stolcke (1995) elucidou. Entretanto para Arruda (2015), este sentimento de ameaça a identidade nacional é comumente utilizado como fundamento base para proteção da hegemonia nacional, em outras palavras, fundamentam políticas de restrição a migração, o que o autor entende por ser uma forma de racismo.

Muitos refugiados não têm seus diplomas, de estudos obtidos no país de origem, reconhecidos e legalizados no país de refúgio. Sabendo-se que a educação formal dá acesso a uma profissão e empregos que facilitam a independência financeira, estes 3 fatores, isto é, educação, emprego e independência financeira, estão interligados no que tange a inclusão social (Milesi, 2003).

Do ponto de vista do país de asilo, os refugiados são vistos por parte da população como dependentes de longo prazo de subsídios do governo, são responsáveis pelo aumento da pobreza e violência no país e possíveis causadores da precarização dos contratos e diminuição dos salários, já que a chegada destes indivíduos aumenta a oferta de mão de obra e, consequentemente, a disputa por empregos (Bay, 2016).

Entretanto, apesar desta perceção por parte de alguns cidadãos dos países de asilo, estatísticas mostram que as taxas de desemprego, pobreza e criminalidade diminuíram, ou se mantiveram estáveis, nos últimos 10 anos, excetuando os anos de crise económica europeia que não há qualquer ligação com a crise de refugiados deste estudo (Comissão Europeia, 2019a; 2019b e 2019c). Corrobora a estas estatísticas um estudo feito por d'Albis (et al, 2018), que analisou 30 anos dos países europeus e concluiu que a integração

dos refugiados traz boas consequências para o país de asilo, como por exemplo, o aumento do PIB per capita e o saldo das finanças públicas, já que, se integrados a sociedade, pagam impostos e “saldam” as despesas deste refúgio.

Apesar das estatísticas econômicas favoráveis, refugiados oriundos do Médio Oriente encontram difícil cenário, ainda preconceituoso, compondo em grande parte para as estatísticas de exclusão social e corroborando com esta percepção de custos ao Estado acolhedor.

2.1.5 Soluções Atuais para o Acolhimento dos Refugiados

Desde o fim do século passado os Estado-membros da Europa têm assinado tratados comuns no que se refere a regulamentação das migrações. A Convenção de Dublin, por exemplo, determina qual país será responsável por cada requerente de asilo (Comissão Europeia, 1990). Com o passar dos anos e o desenvolvimento das questões migratórias e, ainda, o aumento do fluxo de requerentes, alterações nesta convenção foram necessárias e a União Europeia ainda sofre críticas por não ter um posicionamento comum como bloco, isto é, cada Estado-membro ainda tem liberdade para definir suas políticas de acolhimento (Sampaio, 2014).

Com a Crise de Refugiados em 2015, a Comissão Europeia, órgão executivo criado em 1957 para defender os interesses gerais da União Europeia, (Comissão Europeia, 2015b) colocou como prioridade em sua Agenda, a solução para a crise de refugiados com ações imediatas e planeamento a longo prazo para esta questão. Dentre as ações planeadas, estiveram: investigar e dissolver as redes de passadores irregulares, salvar vidas e proteger as fronteiras externas, concluir a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo e, por fim, fazer com que a Europa continue sendo atrativa para os migrantes (Comissão Europeia, 2015a).

No ano de 2016, em resposta a situação degradante dos refugiados sírios, os 193 países-membros da ONU reuniram-se para reafirmar o compromisso de respeitar os direitos humanos de refugiados além de apoiar consistentemente os países afetados por esta imigração (ACNUR, 2018d). Vale ressaltar que no mesmo ano foi assinado um acordo entre a União Europeia e a Turquia que o objetivo principal foi a contenção de refugiados evitando o seu acesso ao continente Europeu. O acordo permite a devolução de imigrantes ilegais à Turquia e, para cada imigrante devolvido, um imigrante que

permanece na Turquia, sem tentativa de entrada irregular, será reinstalado na UE. Este acordo foi assinado para desencorajar a travessia irregular às ilhas gregas (Arias, 2017; Conselho Europeu, 2016).

Para solucionar esta crise, os campos de refugiados são a solução mais comum. Os campos de refugiados são caracterizados por serem de estrutura temporária e básica e refúgios para os cidadãos que precisaram deixar suas casas e precisam de proteção e assistência (Adriana, 2009).

Além dos campos de refugiados, os países europeus, que se voluntariam para acolher os solicitantes de asilo, desenvolveram procedimentos específicos de tutela a estes indivíduos para ampará-los e garantir os seus direitos (Pereira, 2016). Santinho (2013) critica este modo de acolhimento pois entende que, em muitos casos, o refugiado deixa de ser reconhecido como agente ativo de mudança e sua vitimização e controle do seu cotidiano os reduz a indivíduos incapazes, passivos e apenas usufruidores de benefícios sociais. Em contrapartida, Santinho (2013, p27) sugere que deverão “garantir-lhes o reconhecimento enquanto cidadãos, através do seu próprio envolvimento político e relacional”.

Murray (2015) sugere duas soluções para este problema: os subsídios assistencialistas devem ser limitados ou até mesmo abolidos e o processo de migração legal deve ser menos complexo e custoso. Portanto, para que os direitos humanos dos refugiados sejam mantidos com menores subsídios de assistência providos pelo governo do país de refúgio, é necessário que seja assegurado o direito ao trabalho que, para Lobo e Sampaio (2016) é um dos direitos fundamentais do ser humano. Duraffourg, Duc e Durrive (2007) corroboram e determinam que “a actividade de trabalho é, de imediato, social. Ela permite a cada um se produzir como ser social”, além de garantir “meios de subsistência sustentável, reduzindo assim a vulnerabilidade, aumentando a resiliência e, possibilitando uma vida digna.” (Ruaudel & Zetter, 2018)

No ano passado, a ONU e OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, entregaram um plano de ação com 10 pontos de participação múltipla para empregadores, refugiados, governos e sociedade civil com o objetivo de contribuir para a criação de sinergia entre os envolvidos no que tange o acolhimento. Dentre os pontos sugeridos estão: proporcionar aos empregadores segurança

jurídica, identificar e verificar as competências dos refugiados, combinar o talento dos refugiados com as necessidades dos empregadores e proporcionar igualdade de oportunidades no recrutamento e combater estereótipos (OECD/UNHCR, 2018).

Este documento também especifica ações para mulheres refugiadas. Sabendo-se que as mulheres ocupam determinadas posições na cultura e sociedade, é importante que haja ações particulares a esse público. Dentre as sugestões de ações particulares para mulheres, oferecer serviços de apoio, como horários flexíveis e acolhimento de crianças é uma das principais (OECD/UNHCR, 2018).

2.1.6 Enquadramento de Portugal na Crise dos Refugiados

De acordo com o Relatório de Acompanhamento e Reinstalação de Refugiados, publicado pela Comissão Europeia, Portugal é o 4º país com mais recolocações, isto é, recebe refugiados que chegaram por outros países da Europa, como por exemplo Itália, mas principalmente Grécia (Comissão Europeia, 2017).

Para entender o papel de Portugal nesta crise é importante ressaltar alguns dos números de 2018 desta temática, como por exemplo, o número de solicitantes de asilo, os pedidos aceites e algumas informações sociodemográficas referentes aos requerentes.

O número real de requerimentos de asilo em Portugal em 2018 não é muito grande, isto é, 1.285 em comparação com os demais países como Alemanha, França e Reino Unido, que receberam 184.180, 120.425 e 37.730 pedidos respetivamente. Portugal é o 28º país no ranking mundial de acolhimento por mil habitantes, ocupa o 23º lugar no ranking europeu, contabilizando 0,2 refugiados para cada mil habitantes. Se compararmos com Alemanha e França, 2º e 3º países do ranking respetivamente, ficando atrás apenas da Turquia, Alemanha tem 17 refugiados para cada mil habitantes e a França 6 para cada mil (Comissão Europeia, 2019a).

No que se refere aos pedidos aceites, somente em 2018, 1.045 obtiveram o estatuto de refugiados considerando os pedidos feitos pela primeira vez e pedidos que foram recorridos após uma primeira negativa (Comissão Europeia, 2019a). Por isso, apesar do número de solicitantes não ser tão alto e, consequentemente, o número de aceites também não, Portugal ocupa o 3º lugar entre os países com as maiores taxas de decisão positiva de pedidos de asilo (Observatório das Migrações, 2019).

No que se refere às informações de mulheres, em 2018, 35% dos requerimentos, isto é, 445 solicitações, foram feitos por elas. Dentre os pedidos aceites, elas representam 39%, totalizando 410 concessões de estatuto de refugiado (Comissão Europeia, 2019a).

Portugal tem sido muito elogiado no que tange o acolhimento dos refugiados (Pinheiro, 2018) mas divide o mérito do sucesso com Serviço Jesuíta aos Refugiados, SJR, “uma organização internacional da Igreja Católica, fundada em 1980”, (SJR, 2018) que desde 1992, trabalha para “acompanhar, servir e defender” os refugiados. Suas principais atividades são prestar apoio jurídico, médico, social, psicológico, além de curso de língua portuguesa, integração profissional e auxiliam na questão de alojamento. Em 2017 foram doze projetos para amenizar as consequências da crise de refugiados (SJR, 2018).

No que se refere à política de acolhimento, o Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas, de 2017, explana sobre os procedimentos efetuados para um acolhimento completo, como acesso a educação, habitação, mercado de trabalho, aos serviços da comunidade, entre outros (ACM, 2017).

Em Portugal existem, além do Serviço Jesuíta aos Refugiados supracitado, 3 principais órgãos que tratam do assunto dos refugiados, são eles o Alto Comissariado das Migrações, ACM, a Plataforma de Apoio aos Refugiados, PAR, e o Conselho Português para Refugiados, CPR, que desde 1998 é o representante do ACNUR em Portugal.

O Alto Comissariado das Migrações, ACM, é um órgão público específico ao que se trata de políticas públicas para migrações. Sua missão é “promover Portugal como destino de migrações”, mas principalmente “acolher, integrar os migrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos” (ACM). Porém é importante lembrar que, apesar de refugiados serem migrantes, possuem características específicas que não são aprofundadas por este organismo.

A Plataforma de Apoio aos Refugiados, PAR, foi fundada em 2015, principalmente pelo SRJ, mas com o apoio de diversas instituições. O projeto foi baseado no discurso do Papa Francisco que pedia que cada paróquia acolhesse uma família de refugiados. Assim, grandes instituições se mobilizaram em prol desta causa. O Secretário Técnico é

desenvolvido pelo SJR, já que este tem experiência em projetos anteriores. Sua principal função é unir as instituições acolhedoras junto aos organismos públicos, nomeadamente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, SEF, e o ACM e facilitar as análises e decisões de acolhimento das famílias solicitantes. O principal projeto de acolhimento, chamado PAR Família, acolhe e integra famílias refugiadas, auxilia desde o acesso a educação (inclusive idioma) até a integração laboral dos adultos (PAR, 2019). Em 2017, a PAR recebeu o Prêmio do Cidadão Europeu 2017 como forma de reconhecimento de todo este trabalho desenvolvido para a promoção da integração e a compreensão entre os povos (PAR, 2017).

E por fim, o Conselho Português para refugiados, CPR, que iniciou suas atividades como uma organização não governamental e atualmente é o representante operacional do ACNUR em Portugal. Este conselho, estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo e refugiados, e por isso tem um papel fundamental no que tange a inclusão social dos refugiados (CPR, 2018; DataJuris, 2014). Sua missão é definida por “defender e promover o direito de asilo em Portugal através do apoio direto e gratuito, independente e imparcial, efetuado pelos vários departamentos especificamente direcionados a requerentes e beneficiários de proteção internacional com os objetivos de garantir o acesso à proteção internacional e de capacitar esta população para a integração, respetivamente” (CPR).

No entanto, é notório que as ações e procedimentos aplicados não têm políticas específicas quanto ao género e corrobora com as críticas supracitadas de autores que consideram as mulheres refugiadas como “invisíveis”, já que suas necessidades particulares não são atendidas (Canefe, 2018). Também é possível perceber que a maioria dos projetos em Portugal, assim como na Europa, são voltados para o voluntariado, caridade e assistencialismo (Santinho, 2011).

Apesar das políticas de acolhimento inicial terem boas referências, Santinho explana preocupação no que se refere a uma “descontinuidade entre o acolhimento dos primeiros meses e o descuramento relativo aos meses subsequentes” (Santinho, 2011 p.84).

2.2. Inovação e Empreendedorismo Social

2.2.1 Inovação Social

Apesar dos conceitos de inovação social e empreendedorismo social serem novos e ainda muito abrangentes, estas práticas são encontradas há muito tempo ao longo da história (Nicholls, 2006).

O conceito de inovação é, ainda hoje, muito influenciado por Schumpeter (1985), que definia inovação como “novas combinações”, isto é, uma forma original de gerar resultados. Atualmente existem diversas definições para inovação, como a combinação entre a criatividade e a aceitação do risco (Byrd e Brown, 2003) ou como um processo de geração de valor para uma organização, que engloba desde o seu desenvolvimento até a implementação de novas ideias (McFadzean et al. 2005).

Adicionalmente, com o desenvolvimento deste conceito, a sua definição foi sendo ampliada consoante as suas especificidades, como por exemplo, inovação tecnológica, inovação organizacional e administrativa, inovação de mercado ou inovação social. Para o atual estudo, o foco será a inovação social.

Assim como o conceito de inovação, e até mais acentuado, as definições para inovação social são muito amplas. Dentre diversos estudos (Standford Social Innovation Review, 2003; Novy e Leubolt, 2005; Moulaert et al., 2007), vale ressaltar as definições de inovação social de Cloutier (2003) que entende ser uma resposta inédita e sustentável, que visa o bem-estar de indivíduos ou comunidades, para um problema social e a definição de Pol e Ville (2009), que estabelece que a inovação social é uma nova ideia que ajuda a melhorar a qualidade de vida.

Ao longo dos últimos anos, com a mudança política e económica do continente, e após a criação da Comissão Europeia, diversos programas de incentivo à inovação social foram criados para proporcionar um desenvolvimento mais igualitário entre os países europeus e, portanto, possibilitou a implementação de projetos uniformes por vários países (Comissão Europeia, 2010).

Atualmente, o principal programa de inovação social desenvolvido pela Comissão Europeia é o Programa Europa 2020 que objetiva o “crescimento inteligente, para se desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; o crescimento

sustentável, no sentido de se promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva e o crescimento inclusivo, para se favorecer uma economia com níveis elevados de emprego que assegurem uma maior coesão económica, social e territorial.” (Portugal 2020, 2014 p.101)

Em Portugal, a iniciativa Europa 2020 foi aprofundada no contexto e especificidade portuguesa e se transformou no programa Portugal 2020, para atingir metas de aumento de emprego, mais e melhor educação, entre outras melhorias de setores como clima e energia (Portugal 2020, 2014). O incentivo à inovação social por parte do programa Portugal 2020 se dá através de candidatura de projetos dos cidadãos, que passam por uma análise detalhada e, se aprovados, serão financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (Portugal 2020).

Dentro do programa Portugal 2020, é possível destacar o programa português para Emprego e a Inovação Social, EaSI, “instrumento financeiro da UE para promover um elevado nível de emprego de qualidade e sustentável, garantir uma proteção social adequada e condigna, combater a exclusão social e a pobreza e melhorar as condições de trabalho” (Comissão Europeia).

2.2.2 Empreendedorismo Social

Assim como a inovação social, o conceito de empreendedorismo social é muito abrangente (Zahra et al. 2008, p.118). Segundo Schumpeter (1988), empreendedorismo é uma forma de destruição criativa, onde produtos, serviços ou métodos são substituídos. Uma outra definição encontrada é, segundo Barreto (1998, p.190), a “habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”.

O empreendedorismo social é definido por Parente (et al., 2014) por um conjunto de características e valores de uma organização, com objectivo central impactar a comunidade e não o aumento do lucro, usar um modelo de negócios próprio para o negócio social, sendo este diferente do modelo de empresas privadas ou públicas, aplicar processos democrático de decisão e dar prioridade às pessoas e ao trabalho na distribuição de renda (Parente et al., 2014).

Medeiros (et al., 2017) discorre que o empreendedorismo social preenche uma lacuna deixada pelas empresas privadas tradicionais buscando criar impacto na causa ou

sociedade enquanto o empreendedorismo tradicional busca o aumento do lucro. Em outras palavras, o sucesso do negócio não é medido pelo montante de lucro gerado, mas sim pelo impacto criado na causa e o lucro gerado é reinvestido na causa (Yunus, 2008). Por estas características, o empreendedorismo social está muito presente em países em desenvolvimento, que possuem diversas questões a serem sanadas (Rosolen, et al, 2014 p.89).

Segundo Defourny (2001 p.16-18) uma empresa social tem uma organização diferente das empresas tradicionais. O autor (idem) determina que uma empresa social tem como objetivo claro o benefício da comunidade, o poder de decisão da empresa não pode estar associado a detenção de capital, a distribuição de lucros deve ser limitada e deve envolver as pessoas afetadas pela atividade.

Para contextualizar, Defourny e Nyssens (2010) determinam que o empreendedorismo social já é praticado na Europa desde antes da Segunda Guerra Mundial, porém foi a partir a década de 80, devido às altas taxas de desemprego e a subdesenvolvida assistência social, que surgiram organizações que se assemelham às empresas sociais.

Na década de 90, em Portugal, o crescimento deste movimento se deu ao novo ciclo legislativo, onde o partido socialista predominava e políticas sociais e incentivos ao terceiro setor, economia social e empresas sociais eram prioridade na agenda.

Na segunda metade da década de 2000, foi criado em Portugal a agência SEA, Agência de Empreendedores Sociais, que tem como objetivo o desenvolvimento e a implementação de projetos de empreendedorismo social que contribuam para a sustentabilidade ao nível social, económico, cultural e ambiental.” (SEA)

Adicionalmente, desde 2010, com o programa Portugal 2020, o empreendedorismo social está em foco para atingir as metas de desenvolvimentos supracitados. Por conta da evolução nesta área, em 2018, Portugal ocupou a quinta posição no ranking de países pioneiros em inovação social, atrás apenas do Reino Unido, Itália, França e Alemanha (Ferreira, 2018).

Portanto, dentro deste cenário português de incentivo e foco em empreendedorismo social e, simultaneamente, na crise de refugiados que assola a europa, e o mundo, entende-se que, para além das ações de órgãos do governo e de ajudas assistenciais, como as

organizações não governamentais sem fins lucrativos e caridades de ordens religiosas, o empreendedorismo social também é uma possibilidade para amenizar os efeitos desta onda de migração forçada. É importante que novas alternativas (para além das ajudas assistencialistas) surjam, especificamente pelo empreendedor social, para que possam ser replicadas e afetar mais refugiados. Assim, como supracitado, o impacto será maior e, consequentemente, o seu sucesso (Mezze, 2019).

2.3. Empoderamento Feminino

Há relatos que desde o tempo da Grécia Antiga, berço da civilização ocidental, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens, comumente comparadas aos escravos daquele tempo, isto é, não tinham direitos civis nem acesso à educação. O pensamento era restrito aos homens daquela época (Pedro & Guedes, 2010; Mocellin, 2000).

Alguns estudos indicam que o início do movimento feminista, ou feminismo, é datado apenas do final do século XIX e início do século XX (Silva, 1983; Méndez, 1982; Matos & Soihet, 2003), porém, apesar deste cenário desigual, é possível encontrar textos a partir do século XV com denúncias da opressão vivida pelas mulheres. Ainda há autores que entendem que o início deste movimento foi por volta da Revolução Francesa, quando Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no qual as mulheres não eram abrangidas (Gurgel, 2010; Garcia 2015).

O feminismo é definido como um “movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos” (Oliveira, 1969, p.424). Seu principal objetivo é combater as principais diferenças causadas pelo preconceito e supostas limitações impostas à mulher (Silva, 1983). Para Garcia (2015 p.5), o feminismo é “a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objetos por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade do seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim”.

Outro conceito muito utilizado como sinônimo de feminismo atualmente é o de empoderamento feminino.

Empoderamento é mudar a relação de poder, isto é, um indivíduo ou grupo anteriormente oprimido, passar a ter poder, visibilidade, e controle sobre suas escolhas, direitos e decisões (Sem, 1997). Portanto, empoderamento feminino significa dar voz e poder para as mulheres decidirem temas que impactam diretamente ou indiretamente suas vidas.

Apesar do feminismo tanger todas as mulheres, é importante ressaltar que já existe, dentro deste movimento, divisões para que haja foco nos problemas específicos de cada grupo de mulheres, como por exemplo, o feminismo negro, que nunca precisou lutar pelo direito de trabalhar, primeiro porque lutava para que as mulheres negras fossem reconhecidas como pessoas e também porque, com o recorte de classe social, a mulher negra sempre teve a necessidade de trabalhar, enquanto o feminismo branco, caracterizado pelas mulheres brancas de classes média e alta, precisaram dar luz a questão do acesso ao mercado de trabalho (Ribeiro, 2016).

No que se refere ao empoderamento feminino, apesar de não haver vertentes teóricas, segue as particularidades da divisão do feminismo do grupo em foco.

No grupo objeto de estudo, isto é, mulheres refugiadas, nomeadamente de origem do Norte da África e Médio Oriente, é importante revisitar as suas dificuldades particulares, como por exemplo, o acesso limitado a saúde, educação e mercado de trabalho (Al-Shdayfat & Hatamleh, 2017).

3. Enquadramento Metodológico

A metodologia adotada na presente investigação será qualitativa principalmente por oferecer “particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida.” (Flick 2009), focalizada num estudo de caso, onde se estuda um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto real (Yin, 2012).

Seguindo o processo de escolha de metodologia, Yin (2009) definiu a estratégia de estudo de caso único como uma pesquisa empírica relacionada a um acontecimento atual em contextos não evidentes e, ainda, esclarece que o estudo de caso único pode ser usado para explicar o mesmo tipo de evento e indicar como essas explicações podem ser aplicadas a outras situações, com os devidos ajustamentos.

A estratégia metodológica usada será um estudo de caso intrínseco (Stake, 1995) que consiste numa investigação focalizada em entender a dinâmica presente dentro de configurações únicas, atuais, complexas e pouco investigadas (Eisenhardt, 1989; Cohen e Manion, 1994)

Para atingir o objetivo da pesquisa, levando em consideração o projeto piloto em questão, o estudo de caso foi, como já referimos, o método escolhido e utilizou-se como método de recolha de dados (para além dos dados secundários), a entrevista semiestruturada, uma vez que este formato dá oportunidade ao entrevistado de discorrer sobre o assunto de forma calma e mais flexível (Flick 2009).

Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008), o número reduzido de entrevistas (neste caso uma entrevistada, uma das cofundadoras do projeto), não é considerado um limitador pois torna-se não fundamental em estudos qualitativos onde os entrevistados são escolhidos por seu conhecimento e não de forma aleatória ou por sua importância (Ruquoy cit. por Sani, 2002). A escolha da entrevista tem como objetivo “explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquérito nunca poderá fazer” (Bell, 2010 p.137).

O guião da entrevista foi previamente definido com questões e tópicos a serem abordados para que fosse possível perceber as motivações e os principais impactos sociais, a fim de se analisar a sustentabilidade do projeto e a sua capacidade em atingir os resultados esperados em termos de acolhimento (nomeadamente ao nível da educação,

saúde, habitação, idioma e relações interpessoais e culturais). Para além destas questões, houve flexibilidade para que novas questões fossem feitas caso surgissem no decorrer a entrevista para entender mais profundamente alguns dados que não constavam em documentos. Para isso, foi necessário escolher uma das fundadoras da Associação Pão a Pão, que estive presente desde a fase embrionária, para que fossem abordados também pontos de execução e operação deste projeto, assim como eventuais dificuldades e bloqueios, tendo sido possível entrevistar Francisca Henriques, atual Presidente da Direção.

Por último, com a informação recolhida da entrevista em profundidade e da observação *in loco*, complementada com a análise de documentos chaves, tais como as legislações e relatórios da entidade, pretendeu-se realizar uma análise interpretativa das informações e, por fim, analisar dados que permitissem refletir sobre a sustentabilidade financeira do projeto, assim como o seu impacto para o Estado e a sociedade.

A principal limitação desta metodologia é a dificuldade de aplicação dos resultados em outros casos, isto é, a limitação associada à não generalização dos resultados encontrados (Ventura, 2007), consequência das características específicas (e em alguns casos únicas) de cada estudo de caso. Neste contexto, por exemplo Bressan (2000) considera que esta metodologia é insuficiente no ponto de vista de precisão e objetividade. Em contraponto, Bonoma (1985) considera este método como mais indicado quando se trata de um objeto de estudo onde o corpo de conhecimento é pequeno e complexo, o que nos parece ser o caso.

Em síntese, é um estudo de caso exploratório, focalizado numa organização do 3º sector, *cross sectional*, realizado com dados documentais e uma entrevista a uma das suas fundadoras e atual gestora, que usa o paradigma interpretativo para fazer uma reflexão estruturada e fundamentada sobre os seus objetivos, opções e resultados.

4. Estudo de caso

4.1. Associação Pão a Pão

Alaa Alhariri, estudante de arquitetura, refugiada síria e uma das idealizadoras da Associação Pão a Pão, chegou a Portugal para participar num programa de acolhimento de estudantes sírios no país, promovido pelo antigo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio. Francisca Henriques, também cofundadora do projeto Mezze, conheceu-a por intermédio de familiares, já que Alaa ofereceu um jantar como agradecimento pela atenção recebida no seu acolhimento (entrevista a Francisca Henriques, realizada em 7 de novembro de 2019, adiante sempre designada por Henriques (2019)).

Francisca, Rita Melo e Nuno Mesquita tinham uma preocupação em comum: a crise dos refugiados que piorava a cada mês do ano de 2015, decorrente sobretudo da guerra na Síria. Como cidadãos, buscavam formas de ajudar a amenizar este problema. Foi quando, nunca conversa despretensiosa com Alaa Alhariri lhe perguntaram do que é que ela tinha mais saudades da Síria. “Do pão” respondeu (Pinto, 2016).

Estes promotores tinham conhecimento de que as ações sociais dos países de acolhimento não seriam capazes de suprir além das condições de sobrevivência, ou seja, não dariam uma perspetiva de futuro. Com efeito, apesar de algumas organizações nos países de acolhimento disponibilizarem ajuda básica, como alojamento, saúde, e iniciação ao idioma nos primeiros meses, eles sentiam que eram ajudas focalizadas no curto prazo e emergência e que, a médio e longo prazo, perderiam eficácia. Por isso, com esta preocupação em mente, decidiram iniciar um projeto utilizando um modelo de menor escala para fazer face à crise de refugiados e que, posteriormente, pudesse ser replicado (Mezze, 2019), baseado no empreendedorismo social na área da restauração e gastronomia.

Além disso, levaram em consideração 3 fatores importantes: (1) a gastronomia tem um elo muito forte com a cultura, (2) pouco se sabe em Portugal sobre a culinária do Médio Oriente e (3) o empoderamento de mulheres e jovens é um importante catalisador de mudanças no contexto social. Portanto, a Pão a Pão tem como proposta a inclusão social dos refugiados, mantendo-os conectados aos seus países de origem através da gastronomia e prioriza o acolhimento de mulheres e jovens adultos, por se tratarem de

grupos de risco entre os refugiados, já que as mulheres, em sua maioria, não tem experiência profissional anterior e os jovens tiveram que interromper os estudos e/ou não puderam ingressar no mercado de trabalho do país de origem (Mezze, 2018).

Aos poucos, os promotores foram conversando com amigos e familiares e aperceberam-se que a ideia deste projeto recebia muito apoio. Para que o projeto fosse testado perante o mercado, fizeram uma experiência piloto com jantares no mercado de Santa Clara na época do Natal. A ideia era que o jantar só seria confeccionado se houvesse um número mínimo de 20 pagantes para aquele dia e, surpreendentemente, segundo Francisca não houve um único dia que não tivessem servido pelo menos 100 pessoas (Henriques, 2019).

Simultaneamente aos jantares, o projeto foi levado a alguns concursos de inovação social. Para a preparação de um deles, foi produzido um vídeo que contava a história, os objetivos e o planeamento, embora ainda em esboço, tendo recorrido ao apoio de algumas celebridades (para o qual a rede de contactos de um dos promotores, antigo jornalista do jornal “Público” foi importante). De acordo com Henriques (2019), o fato da Catarina Furtado, uma das maiores apresentadoras de televisão do país, ter participado do vídeo de apresentação do projeto não foi um detalhe. A confiança inspirada ajudou muito na aceleração do projeto, apesar de não terem ganhado o concurso.

Henriques (2019), na mesma entrevista, considerou que outro fator que alavancou o sucesso do projeto foi o pico da crise de refugiados naquele ano. Muitas pessoas estavam dispostas a oferecer ajuda, mas não sabiam como fazê-la. A oportunidade de ir a um jantar sírio no âmbito de um projeto social foi uma forma de ajudar a causa de forma direta ou indireta, e Francisca acredita que, por conta desta sensibilização, muitos se dispuseram a conhecer o projeto e a comida síria, que na altura não tinha concorrentes diretos em Lisboa.

Apesar de, no conjunto, a soma das participações em concursos, dos jantares e da sensibilidade pelo tema, ter permitido o desenvolvimento de uma visão favorável ao projeto, para “passar do elogio à ação” foram ainda necessárias algumas parcerias fundamentais com outras entidades, através de protocolos, que permitiram pagar algumas principais despesas da implementação do projeto (Henriques, 2019).

As principais instituições, públicas e privadas, que acreditaram na ideia e patrocinaram uma parte dos custos iniciais, foram: (a) a Câmara Municipal de Lisboa, com um apoio no valor de 27,5 mil euros distribuídos em 2 anos, (b) a ACM, com apoio no valor de 29,75 mil euros, distribuídos em 18 meses, (c) o grupo retalhista Jerónimo Martins, no valor de 18 mil euros, durante 12 meses. Adicionalmente, foram (e são) também parceiros do projeto o Turismo de Portugal e a *Nova School of Business and Economics*, que oferecem formação adaptada à realidade dos refugiados e a VdA - Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, que contribui com serviços jurídicos (Mezze, 2019).

Assim, devido às parcerias e donativos, o Mezze não precisou de recorrer a empréstimos bancários. A Tabela I abaixo detalha os principais investimentos feitos no projeto. É importante destacar que em 2018 não foi feito nenhum investimento e em 2019 todo o investimento foi autofinanciado pela associação.

Tabela I - Investimentos

Descrição	Investimento				Financiamento
	2016	2017	2018	2019*	
Obras Edifício	€ -	€ 21.500	€ -	€ -	Crowdfunding
Equip. Básico	€ -	€ 15.500	€ -	€ 5.000	Julia Taft Grant
Equip. Admin	€ -	€ 2.000	€ -	€ 1.000	Donativos
Decoração e Mobiliário	€ -	€ 4.000	€ -	€ -	Julia Taft Grant
Constituição Organização	€ 500	€ -	€ -	€ -	Donativos
Veículo Comercial	€ -	€ 15.000	€ -	€ -	Fondation PSA
Promoção & Marketing	€ -	€ 2.500	€ -	€ 5.000	Donativos
Fundo de Maneio (compras)	€ -	€ 5.000	€ -	€ -	Donativos
Total	€ 500	€ 65.500	€ -	€ 11.000	-

*Valor de 2019 orçado

Fonte: Mezze, 2018 e 2019

Francisca (Henriques, 2019) conta ainda que no decorrer do desenvolvimento do projeto foi definido “o que” e “como” o restaurante iria oferecer aos clientes:

1. A comida precisava ser de muito boa qualidade, para que os clientes quisessem não só conhecer o restaurante e o projeto, mas também voltar por causa da comida servida; e
2. O ambiente deveria ser bonito e agradável.

Esses dois pontos foram definidos baseados na vontade de dignificar e enaltecer os refugiados, valorizando o espaço e o produto oferecido, pelo que os fundadores foram muito criteriosos na qualidade da comida e no design interior.

E assim, no primeiro trimestre de 2017 a PAP iniciou suas atividades com o desenvolvimento do projeto de restauração Mezze.

4.2. Projeto Mezze

O modelo de negócio criado pela associação para o desenvolvimento do restaurante Mezze é caracterizado por ser um negócio social, isto é, tem como missão solucionar um problema social, ser autossustentável financeiramente e, estatutariamente, não distribui dividendos (Estatuto PAP). Desta forma trata-se de facto (mas não *de jure*, porque o enquadramento jurídico português não o prevê), de uma “empresa social”.

O nome Mezze não foi escolhido por acaso. Mezze, em árabe, significa “refeição partilhada” e por lembrar a palavra mesa (Borga, 2017). A localização no Mercado de Arroios foi definida por se tratar de um bairro multicultural, situado numa área central de Lisboa (Mezze, 2018).

O Mezze é principalmente um restaurante, mas isto não diminui o seu forte incentivo à formação profissional. No começo (Henriques, 2019) a proposta era formar, empregar e, depois, cada refugiado seguir a sua vida profissional. Porém, com o entendimento de que assegurar estabilidade e oferecer perspectiva aos refugiados, além de uma obrigação do país acolhedor era “uma oportunidade de troca de culturas, de conhecimentos e saberes, de combate ao envelhecimento da população e de sustentabilidade dos sistemas de segurança social” (Mezze, 2019) e, levando em consideração que aquelas pessoas já estavam a começar uma vida do zero, num país até então desconhecido, com um idioma diferente e longe de qualquer zona de conforto, os fundadores não se sentiram confortáveis de estabelecer um prazo de permanência. Para esta decisão foi também levado em conta que o objetivo de acolhimento é a longo prazo e a sensibilidade dos promotores de que o Mezze, provavelmente, era a única fonte de estabilidade desses funcionários (Henriques, 2019).

Conforme supracitado, o Mezze também tem uma componente de formação muito forte. A formação é considerada um fator de multiplicador do projeto, tendo em vista que

o restaurante possui um quadro de, em média, 20 funcionários e que mais de 100 pessoas já passaram pelo projeto de formação e atualmente abriram seus próprios negócios ou trabalham em outras empresas na área de restauração, o que alavanca o impacto do projeto (Henriques, 2019).

Ainda de acordo com Francisca (Henriques, 2019) ao entender a especificidade de gênero e idade dos refugiados, e considerando a forte ênfase na valorização da formação profissional do Mezze, as competências culinárias das mulheres refugiadas, normalmente desconsideradas por falta de experiência profissional, foram valiosíssimas para este projeto. O saber cozinhar e o conhecimento da culinária do Médio Oriente são aqui enaltecidos não apenas por possibilitar a geração de rendimento a essas famílias, mas também por permitirem construir uma ponte com a comunidade de acolhimento através da comida. Para suprir as diferenças entre cozinhar dentro de casa apenas para a família e cozinhar em grande escala para um restaurante, numa cozinha industrial, a PAP ofereceu formação e a oportunidade de profissionalização e valorização destes conhecimentos (Mezze, 2018).

Para além dos conceitos e definições, para permitir fazer um boa gestão e controlo do projeto, foram fixados e anualmente atualizados, os princípios básicos do negócio:

(a) *Missão:*

“Desenvolvimento de respostas sustentáveis para que contribuam para a integração de refugiados e imigrantes nas comunidades locais. Pretende garantir empregabilidade através da gastronomia, criando uma rede de restaurantes e venda de bens confeccionados, prestação de serviços na área de catering, bem como a dinamização de eventos, debates, workshops e participação em ações de comunicação do projeto” (Mezze, 2019 p.3).

(b) *Visão:*

“Contribuir para uma sociedade mais inclusiva, onde não há lugar para segregação” (Mezze, 2019 p.2)

(c) *Objetivos:*

Segundo o artigo 2º do seu Estatuto, a PAP tem como seu “objetivo principal desenvolver respostas sustentáveis que contribuam para a resolução de problemas sociais emergentes, permitindo uma melhor integração de refugiados e imigrantes nas

comunidades locais, nomeadamente, através da gestão de espaços multiculturais, para o funcionamento de cozinhas comunitárias, venda dos bens confeccionados e dinamização de eventos, entre outros.” Em outras palavras, este projeto tem como objetivo primordial “potenciar e dignificar as competências de mulheres e jovens” (Associação Pão a Pão, 2017) além de manter os refugiados em contato com o país de origem através da comida (Fundação EDP, 2017).

Para cumprir com esses objetivos, a PAP apontou como suas principais atividades e metas para 2019 a manutenção da qualidade do serviço de restauração, a implementação de uma unidade de negócio de *catering* e de *take away*, realização de *workshops* em Lisboa e em outras áreas do país e a realização de debates para a aproximação da comunidade local com os refugiados (Mezze, 2019).

Para além de suas atividades no serviço de restauração, mas para também cumprir com seus objetivos sociais, o projeto definiu suas principais intervenções que direta ou indiretamente impactam na vida de seus beneficiários e familiares. Separadas por áreas, as intervenções do ano de 2019 são: garantir capacitação e empregabilidade de longa duração para mulheres e jovens, gerir e apoiar a replicação de espaços multiculturais, oferecer educação formal e de idiomas, além das formações no ambiente de trabalho e sensibilizar a opinião pública sobre o tema de refugiados e outros grupos estratégicos (Mezze, 2019).

Já para o ano de 2020, Francisca destacou que o principal objetivo é, além de manter o padrão de qualidade nos serviços oferecidos em Lisboa e expandir os serviços de *catering* e *take away*, replicar o restaurante no Porto. Porto foi escolhida como a segunda cidade para receber o Mezze pois colocaria o projeto já numa dimensão nacional (Henriques, 2019). Note-se que replicar o projeto já tinha sido definido como um dos objetivos de 2019, mas teve que ser adiado para 2020 porque o projeto não teve a mesma aceitação pela Câmara Municipal do Porto, como teve na de Lisboa e, também, porque houve dificuldade em encontrar mão de obra qualificada para gerir cotidianamente o restaurante e ser sensível a causa, levando em consideração que o restaurante é um negócio social (Henriques, 2019).

4.3. Dificuldades na Gestão do Projeto

Ao ser questionada sobre as maiores dificuldades de se trabalhar com refugiados, Francisca destacou o idioma, principalmente entre as funcionárias mais velhas e as que ficam na cozinha sem quase nenhum contato com os clientes. Esta demora a aprender o idioma atrapalha a comunicação e por vezes é necessário que um dos funcionários faça a mediação entre os fundadores, gerente e funcionários (Henriques, 2019).

Francisca menciona ainda (Henriques, 2019) como ponto de constrangimento, questões financeiras relacionadas com o pagamento de ordenados e impostos. Como cada funcionário tem um número diferente de dependentes e, às vezes, de horas extras, acabam por receber um salário líquido diferentes apesar dos salários brutos serem iguais, gerando desconfiança entre os funcionários, que não estão habituados a um sistema fiscal como o português.

Outra questão importante que foi referida são as diferenças culturais na questão de género. Como já explanado anteriormente, as mulheres de cultura árabe são maioritariamente educadas para cuidar do lar. De facto, a maioria das mulheres que estão no projeto preferiria cuidar do lar a estar a trabalhar no restaurante. Mesmo as mulheres que se sentem empoderadas por serem independentes financeiramente e que estão confortáveis no ambiente de trabalho e percebem que é através do trabalho que elas se relacionam e diminuem o seu isolamento (já que muitas perderam as suas redes de apoio que tinham no país de origem), preferiam cuidar apenas do seu lar (Henriques, 2019).

Por último (Henriques, 2019), noutras situações, os maridos provavelmente não permitiriam que as suas esposas estivessem fora de casa tantas horas por dia, mas a necessidade do dinheiro fez com que fosse possível a essas mulheres serem inseridas no mercado de trabalho através do Mezze. Todavia, muitas mulheres chegaram a Portugal sem seus cônjuges, ou por viuvez ou pelos seus maridos estarem a participar no conflito no país de origem ou até mesmo por abandono familiar, tornando a necessidade de rendimento mais premente e facilitando a sua integração no mercado de trabalho. Note-se ainda que, para amenizar os efeitos da sociedade patriarcal na qual estão inseridas, o restaurante não aceita empregar casais.

4.4. Sustentabilidade Financeira e Impactos

Um dos objetivos deste estudo é analisar o impacto do projeto, focalizando essa análise nos denominados efeitos primários diretos, isto é, os que decorrem diretamente das contas de exploração do projeto, envolvendo o trabalho (salários) e o capital (juros e lucros) (Abecassis e Cabral, 2010) e, por isso, embora sejam referidos, não são analisados os efeitos primários indiretos (associados ao impacto nos fornecedores e, nos aspetos financeiros, nos clientes), nem os efeitos secundários ou induzidos (impacto ao longo de toda a cadeia de valor, nos diferentes sectores da economia). Também não se quantificaram as externalidades, por exemplo associadas ao bem estar dos refugiados decorrente da sua integração ou à imagem favorável para o país das reportagens sobre o projeto que forma divulgadas em diversos meios de comunicação internacionais (por exemplo na BBC ou na Euronews).

Um dos objetivos deste estudo, conforme já supracitado, é então verificar a sustentabilidade deste projeto, a partir da análise das suas demonstrações financeiras. Nos relatórios de atividades, fornecido pela Associação Pão a Pão (para os anos de 2017 e 2018) estão apresentadas as principais rubricas do balanço contabilístico assim como informações de rendimentos e gastos nas demonstrações de resultados para cada ano (Anexo 1). Para o ano de 2019, a associação disponibilizou os valores orçamentados para as principais rubricas.

A Tabela II mostra as principais receitas e despesas para os anos de 2017 (considerando apenas 4 meses de funcionamento), 2018 e o previsto para 2019.

Tabela II – Receitas e Despesas

Receitas	2017	2018	2019*
Restaurante	€ 61.362	€ 184.498	€ 511.500
Catering	€ 22.880	€ 76.267	€ 60.000
Workshops	€ 3.000	€ 18.000	
Take Away	€ -	€ -	€ 30.000
Subsídios à exploração	€ 34.625	€ 40.625	€ 28.750
Total Receitas	€ 121.867	€ 319.390	€ 630.250
Despesas	2017	2018	2019*
Custos com Pessoal	€ 47.866	€ 145.048	€ 270.517
Fornecimentos e Serviços Externos	€ 32.796	€ 60.701	€ 124.973
CMVMC	€ 29.781	€ 84.258	€ 152.015
Total Despesas	€ 110.443	€ 290.007	€ 547.505
Total	€ 11.424	€ 29.383	€ 82.745

*Valor de 2019 orçado

Fonte: Mezze, 2018 e 2019

Por esta Tabela II é possível verificar um diferencial positivo e crescente entre as receitas e as despesas, tendo, como seria de esperar, as receitas do restaurante um peso significativo nas receitas e representando os custos com o pessoal uma % das despesas totais entre 42% (2017) e 50% (2018).

Mas para além da análise financeira de receitas e despesas, é importante verificar a Demonstração Individual dos Resultados por Natureza (Anexo 1), disponibilizados pela PAP para os anos de 2017 e 2018, ressaltando que as atividades de 2017 deram início no mês de setembro.

O resultado líquido de 2018 foi negativo em 8 mil euros enquanto em 2017 esse resultado tinha sido positivo em 106 mil euros. Isso deveu-se, principalmente, ao aumento significativo dos Gastos com o Pessoal (308%), que foi acompanhado por uma redução dos Subsídios, Doações e Legados à Exploração e de um aumento não tão elevado da rubrica de Vendas e Serviços Prestados (173%). Consequentemente, a rubrica de Gastos com Pessoal que em 2017 representava 35% do valor das Vendas e Serviços Prestados em 2017, passou a representar em 2018 51%. Adicionalmente, houve também um aumento relevante no peso do Custo de Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas nas Vendas, que em 2017 representava 21% do valor da rubrica de vendas e 30% em 2018.

Apesar do valor negativo no resultado do último período (2018), é importante ressaltar que enquanto em janeiro desse ano o restaurante tinha 17 funcionários, em Julho o quadro tinha aumentado para 21, incluindo temporários, e finalizou o ano com 16 funcionários. Além disso, ao longo desse ano o restaurante teve suas atividades expandidas, e viu diminuir os subsídios concedidos face o ano anterior, passou a funcionar em autofinanciamento. Já em 2019, a direção tomou diversas decisões para melhorar o desempenho financeiro e apresentar resultados líquidos positivos.

Para além da sustentabilidade do projeto, é importante destacar os principais impactos financeiros deste projeto na perspetiva do Estado português, a partir dos seus impactos fiscais.

Segundo OECD (2013 p.128), o impacto fiscal da imigração “não pode ser medido por um valor único e incontestável” pois segundo o mesmo, diversas premissas são necessárias para o seu cálculo, como por exemplo, as associadas ao custo para o

Orçamento de Estado para serviços de apoio à imigração e ao valor dos impostos pessoais e não pessoais que são atribuídos à população imigrante.

Os imigrantes, na maioria dos países, têm uma posição fiscal considerada menos favorável do que os nacionais, sobretudo devido às menores contribuições para a segurança social e menores impostos e não pela (eventual) dependência de auxílios sociais. Apesar disso, os imigrantes estão mais propensos a serem beneficiários da assistência social por apresentarem (frequentemente) uma maior taxa de desemprego comparado com os nacionais. Por isso, aumentar a taxa de emprego dos imigrantes é considerado um fator determinante para aumentar os ganhos fiscais. Finalmente, o estudo realizado pela OECD (2013 p.128) considera que “as evidências disponíveis indicam que uma melhor integração social de imigrantes, principalmente de mulheres e imigrantes com alta escolaridade, tende a gerar maiores ganhos fiscais”.

Portanto, apesar da complexidade em mensurar o impacto fiscal para o Estado e apesar das diferenças e especificidades do estatuto de refugiado, nesta seção serão levados em consideração apenas os impostos e custos diretos dos refugiados acolhidos pelo projeto, isto é, não serão considerados os impactos nos seus dependentes e os impactos decorrentes dos impostos indiretos. Relativamente ao futuro, é apenas realizada uma projeção, numa lógica *ceteris paribus*, que poderá ser desenvolvida em estudos futuros. Como já se referiu, os impactos sociais também não serão quantificados, embora se entenda, com base em toda a análise de dados primários e secundários, assim como pela missão do projeto, que têm a maior relevância.

Com base nos dados fornecidos de 2018, o restaurante teve um quadro flutuante de funcionários, com quadro máximo de 21 empregados, mas terminou o ano com 16, sendo este último o valor que será utilizado na análise.

O Governo de Portugal concede um auxílio mensal de €189,66 para cada refugiado com idade superior a 18 anos, sem prazo máximo para acabar esse apoio. Porém, caso haja mais de uma pessoa requerente no âmbito familiar, com idade superior a 18 anos, este valor é reduzido para 70% do benefício, isto é, €132,76 (Segurança Social, 2019). Levando em conta que o projeto, no fim de 2018, estava em vigor há 16 meses será considerado este período para análise.

Desta forma, caso o Governo tivesse nesses 16 meses concedido um auxílio mensal individual máximo de €189,66 aos 16 refugiados referidos, teria tido um gasto total de 48,5 mil euros (ou assumindo a integração desses refugiados em famílias, 33,9 mil euros), valor que, pela realização com sucesso do projeto, foi poupado pelo erário público. Adicionalmente, há ainda que ser levado em consideração o montante de impostos pagos por cada um desses funcionários que, além de não receberem assistência financeira, são taxados, como qualquer trabalhador, em Imposto sobre Rendimento Singular – IRS e fazem as suas contribuições para Segurança Social, como qualquer outro trabalhador. Na Tabela III é possível verificar o montante para cada ano e, assim, totalizar em 16 meses, 17,7 mil euros pagos ao Estado (valor que teria que ser ajustado, eventualmente, pelo diferencial face ao IRS que cada trabalhador efetivamente pagou, face ao valor retido).

Tabela III – IRS e Contribuições para Segurança Social

Estados e outros Entes Públicos	2017	2018
Retenção Imposto sobre Rendimento - IRS	€ 2.008	€ 3.045
Contribuições para Segurança Social	€ 4.265	€ 8.423
Total	€ 6.273	€ 11.468

Fonte: Mezze, 2018

Vale ainda ressaltar que, para além dos impostos que cada refugiado paga ao governo referente ao seu salário, há também os impostos que o restaurante, no seu papel de empresa, paga ao governo. O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e o imposto sobre o rendimento a pagar durante o período analisado, totalizam 7,3 mil euros, como ilustra a Tabela IV.

Tabela IV – IVA e Imposto sobre Rendimento Pagos ao Estado

Estados e outros Entes Públicos	2017	2018
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	€ 2.582	€ 3.755
Imposto sobre o rendimento a pagar	€ 504	€ 463
Total	€ 3.086	€ 4.218

Fonte: Mezze 2018

Finalmente, resumizando as informações supracitadas, é possível dizer que com este projeto, o governo deixou de pagar entre 33,9 mil euros e 48,5 mil euros em auxílio socioeconómico e recebeu, por pagamento de impostos, o valor de 25 mil euros em 2018.

Considerando:

- a. Que a necessidade de integração de refugiados se vai manter relevante na próxima década;
- b. Que o benefício médio anual se vai manter, assim como a escala do projeto (hipótese que nos parece muito conservadora)
- c. Que o custo de oportunidade adequado para atualizar os benefícios líquidos para o Estado é de 6% (taxa definida pelo Decreto-Lei nº 86/2003, para avaliar investimentos públicos e em particular as Parcerias Público-Privadas)

então a estimativa para o valor atual dos benefícios financeiros diretos associados a este projeto, para os próximos 10 anos, dentro desses pressupostos, está compreendido entre 433,5 e 541 milhares de euros (valor atual de uma renda constante de 58,9 ou 73,5 milhares de euros).

4.5. Impactos Sociais

No que se referem aos impactos sociais, apesar de não terem sido quantificados, é importante é importante ressaltar que as principais causas da exclusão sociais definidas por Millere e Dobelniece (2018) são combatidas com o projeto. Segundo os autores, as principais causas da exclusão social são por rejeição, discriminação, educação inadequada, desemprego e pobreza.

O projeto combate a primeira causa (rejeição) ao criar uma ponte entre os indivíduos acolhidos e os indivíduos do país de acolhimento, neste caso Portugal, que passam a ter mais conhecimento sobre a cultura e religião dos refugiados e diminuem a sensação de protecionismo nacional que Stolcke (1995) elucidou. O conhecimento pela cultura do outro desenvolve a empatia entre os indivíduos e ajuda na desassociação do Islão com o terrorismo, e combate simultaneamente a segunda causa (discriminação), já que com o conhecimento, o estranhamento com a nova cultura é amenizado.

Nomeadamente à terceira, quarta e última causas (educação inadequada, desemprego e pobreza), o Mezze tem a formação profissional como um de seus pilares do projeto e, portanto, vai de encontro ao problema da educação precária tanto por falta de reconhecimento de diplomas como também pela falta de estudos e experiências profissionais que as mulheres refugiadas apresentam. A formação profissional oferecida também abre portas ao mercado de trabalho, amenizando a quarta causa da exclusão social (desemprego) pois mesmo que esta mulher não seja do quadro de funcionários do

Mezze, poderá ser inserida na restauração porque já possui uma experiência acadêmica, além de se tornar suficiente no idioma. E por consequência da solução das 4 primeiras causas da exclusão social, a última (pobreza) é sanada e/ou amenizada. Para além das funcionárias do Mezze, que ganham acima da média da categoria de restauração, oferece a oportunidade de, através das formações, estas mulheres acrescentarem valor a outros restaurantes com seus conhecimentos adquiridos.

Ainda em contrapartida à exclusão social, o Mezze vai ao encontro da ideia de Duraffourg et al (2007) já que no entendimento dos autores o trabalho tem efeito imediato no âmbito social, pois permite desde muito logo os refugiados terem acesso a esse direito.

Mais especificamente, no que tange a inclusão social de mulheres, o Mezze tem um papel importante no empoderamento das mulheres inseridas no projeto. Nos casos em que as mulheres se encontram sem seus maridos, passam a ter poder e acesso a bens e serviços para a manutenção de suas casas e famílias e nos casos em que as mulheres conseguiram refúgio junto aos seus, o Mezze proporciona a possibilidade de igualdade entre ela e o cônjuge e, esta mulher antes dependente do marido, se torna autossuficiente.

Nas dificuldades específicas das mulheres refugiadas, o projeto atende às 3 particularidades (acesso limitado a saúde, educação e mercado de trabalho) mencionadas por Al-Shdayfat & Hatamleh (2017). Como já supracitado, o Mezze, através da inclusão do mercado trabalho oferece formações profissionais, acesso ao mercado de trabalho e acesso a serviços, incluindo saúde e educação.

5. Conclusão

Com os dados documentais é possível concluir que o projeto é sustentável financeiramente. Apesar do ano de 2018 ter encerrado com um resultado negativo em 8 mil euros, deve ser levado em consideração que o projeto tem menos de 2 anos de operação, isto é, um tempo muito curto para esperar retorno financeiro. Adicionalmente, ao levar em consideração que o projeto está em franca expansão, com serviços de *catering*, *take away*, cursos e workshops e que, ainda no ano de 2018, o projeto foi autossuficiente para realizar os seus investimentos, é possível dizer que o projeto é financeiramente sustentável.

Note-se ainda que a sustentabilidade econômica para com o Estado, isto é, o impacto fiscal para Portugal, calculada com base nos montantes de impostos pagos pelo consumidor do restaurante (IVA), pelo próprio restaurante, como empresa (IRC), e pelos funcionários (IRS) é estimado, nos 16 meses de operação (o que inclui a fase de arranque, que é atípica) entre 59 mil e 74 mil euros (o Estado deixou de gastar 48,5 mil euros e recebeu em impostos 25 mil euros), cujo valor atual, num pressuposto de 10 anos de atividade, está compreendido entre 434 e 541 milhares de euros.

No que se refere aos impactos sociais, é importante ressaltar que a valorização da imagem dos refugiados é imensurável já que ao diminuir o estranhamento, diminui-se também o preconceito, tanto para com os refugiados que já chegaram em Portugal quanto para os refugiados que ainda estão por chegar (Henriques, 2019). Não é possível mapear o poder de inspiração que o projeto oferece às novas ideias referentes aos refugiados ou à inovação social em Portugal e em outros países da Europa, mas esse poder estima-se como muito significativo.

No entanto, com o presente estudo, foi possível verificar que o projeto combate as 4 principais dimensões da exclusão social supracitadas pelo autor Pantazis et al (2006), isto é, empobrecimento, exclusão do mercado de trabalho, exclusão de serviços e exclusão dos relacionamentos sociais, o que é muito relevante.

Em relação ao empobrecimento, os refugiados acolhidos pelo projeto têm ordenados acima da média salarial da categoria de restauração e contrato sem termo

definido, o que lhes proporciona estabilidade e poder econômico para uma vida digna e com qualidade.

No âmbito da exclusão do mercado de trabalho, além de tirar os refugiados da situação de desemprego, o Mezze oferece ensino da língua portuguesa e treinamentos para que estes jovens e mulheres tenham formação na área de restauração e possam, a partir do projeto, encontrar novas vagas de trabalho em outros restaurantes.

O combate às duas primeiras dimensões, empobrecimento e exclusão do mercado de trabalho solucionam, quase que como consequência, a terceira dimensão: exclusão de serviços. Com salário acima da média da categoria, os refugiados têm acesso aos serviços e bens, melhorando sua qualidade de vida e amenizando o problema dos relacionamentos interpessoais.

Por fim, no que se refere à última dimensão, os relacionamentos sociais, o projeto proporciona interação entre os membros da equipe, em sua maioria de países árabes, onde partilham muitas tradições da mesma cultura e, em alguns casos, da mesma religião, além de proporcionar interação com portugueses e outras nacionalidades. A integração desses refugiados também pode ser considerada bem sucedida porque, apenas 2 funcionários do quadro fixo deixaram o restaurante e, das mais de 100 pessoas que passaram pelo projeto, apenas uma família de 3 pessoas deixou Portugal em busca de familiares em outro país da Europa (Henriques, 2019).

Foi possível verificar uma valorização das mulheres e, com acesso à educação, saúde e ao mercado de trabalhos, passaram a ter controle de suas vidas e oferecer melhores condições de vidas a seus famílias, portanto no que se refere particularmente à situação das mulheres, o Mezze também pode ser considerado um fator empoderador.

Relativamente à sustentabilidade financeira e aos impactos econômicos e sociais do Mezze, é possível concluir, através também das tabelas de demonstração de resultado e análise fiscal, que o projeto é sustentável e tem impacto positivo nas 4 esferas supracitadas.

No que tange os constrangimentos do estudo, é importante ressaltar que tanto os dados estatísticos quanto os dados dos relatórios internos da PAP são referentes ao ano de 2018, pois não estão disponíveis dados para o ano de 2019 até a data de entrega deste estudo. Adicionalmente, por se tratar de um estudo de caso, com uma única entrevista, ou

seja, uma amostragem criteriosa, pode ter como consequência algum enviesamento e dificuldades na generalização dos resultados. Para além destes obstáculos, vale ressaltar a dificuldade em entrevistar pessoas contra o acolhimento de refugiados por se tratar de um tema delicado e de comoção social e de essa posição ser socialmente mal vista.

Por fim, para futuras investigações é sugerível estudar outros projetos, da mesma natureza que o projeto Mezze, ou seja, negócios sociais, como forma de medir, comparar e expandir o entendimento neste tipo de negócio e, ainda, com as especificidades de género. O valor atual dos benefícios futuros gerados pelo projeto pode ser objetivo de uma análise mais profunda, pela integração, no seu cálculo, do valor das externalidades.

6. Referências Bibliográficas

Abecassis, F. and Cabral, N.J., (2010) *Análise Económica e Financeira de Projectos*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

ACM (sem data). *Missão*. [Online] Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/o-que-fazemos-> [Acesso em: 09/09/2019]

ACM (2009). *Glossário sobre Migração*. [Online] Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfec7b> [Acesso em: 13/12/2018]

ACM (2017). *Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas*. [Online] Disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_Dez.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b [Acesso em: 20/01/2019]

ACNUR (1951). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. [Online] Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf [Acesso em: 14/12/2018]

ACNUR (1967). *Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados*. [Online] Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967 [Acesso em: 14/12/2018]

ACNUR (1990). *Policy for Refugee Women, Executive Committee of the High Commissioner's Programme*. [Online] Disponível em: <https://www.unhcr.org/protection/women/3ba6186810/unhcr-policy-on-refugee-women-1990.html> [Acesso em: 14/12/2018]

ACNUR (2018a). *Desperate Journeys January 2017 – March 2018*. [Online] Disponível em: https://data2.unhcr.org/en/documents/download/63039#_ga=2.187632936.1000478886.1548238467-1379885955.1545074323 [Acesso em: 25/01/2019]

ACNUR (2018b). *ACNUR Histórico*. [Online] Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/historico/> [Acesso em: 14/12/2018]

ACNUR (2018c). *Os 7 Anos do Conflito da Síria: “Uma Tragédia Humana”*. [Online] Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/03/09/os-7-anos-do-conflito-da-siria-uma-tragedia-humana/> [Acesso em: 06/01/2019].

ACNUR (2018d). *Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes*. [Online] Disponível em: <http://www.globalcrrf.org/wp-content/uploads/2018/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Nova-Iorque-para-Refugiados-e-Migrantes.pdf> [Acesso em: 12/12/2018]

Adriana (2009). *“Campos de Refugiados en el Mundo”*. [Online] Disponível em: <http://www.pobrezamundial.com/campos-de-refugiados-en-el-mundo/> [Acesso em: 10/01/2019].

Al-Shdayfat, N. & Hatamleh, R. (2017). Syrian Refugee Women’s Reasons for Not Reporting Violence: An Exploratory Study. *International Journal of Nursing Education* volume 9(4), p.96–100.

Arango, J. (2016). Europa: El Año de los Refugiados. A Través del Mediterráneo: Tragedia de los Refugiados y Crisis de la UE. *Anuario CIDOB de la Inmigración 2015-2016* p.30-55

Arias, C. S.G. (2017). *Refugiados na União Europeia: Análise da Política Europeia para os Refugiados*. [Online] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/24351> [Acesso em: 21/01/2019].

Arruda, A.M. (2015). O Estado como Gestor dos Fluxos Migratórios: A Inserção Social dos Imigrantes sob Óticas Tradicionais e Novas Tendências. *Universitas Relações Internacionais* volume.13 (2), p.67-81.

Associação Pão a Pão (2017). *Mezze by Pão a Pão – Integração de Refugiados do Médio Oriente*. [Online] Disponível em: https://www.facebook.com/pg/paoapao.associacao/about/?ref=page_internal [Acesso em: 13/05/2019]

Azevedo, C. (2018). Correlações entre Migração Forçada e Terrorismo: Reflexões sobre a Crise dos Refugiados na Europa. *Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais* volume 19, p.1-10.

Barreto, L.P. (1998). Educação para o empreendedorismo. *Educação Brasileira* volume 20 (41), p.189-197.

Bay, N. (2016). *Crise du logement instaurons la priorité nationale*. [Online] Disponível em: <http://www.frontnational.com/2016/01/crise-du-logement-instaurons-la-priorite-nationale/>. [Acesso em: 25/01/2019]

BBC (2014). *ONU: número de refugiados é o maior desde a Segunda Guerra Mundial*. [Online] Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140619_refugiados_entrevista_hb [Acesso em: 08/01/2019]

Bell, J (2010) Como Realizar um Projeto de Investigação: Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação, 5ª Ed. Lisboa: Gradiva.

Binder, S & Tošić, J (2005). Refugees as a particular form of transnational migrations and social transformations: Socioanthropological and gender aspect. *Current Sociology* volume 53(4) p.607-624.

Bonoma, T (1985). Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process. *Journal of Marketing Research* volume 22 (2), p.199-208.

Borga, M. (2017). *Eu sou a Reem. E eu sou a Rana. E eu a Fatima. E esta é a refeição da vida*. [Online] Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2017-09-19-Eu-sou-a-Reem.-E-eu-sou-a-Rana.-E-eu-a-Fatima.-E-esta-e-a-refeicao-da-vida> [Acesso em: 20/06/2019]

Bressan, F. (2000). O método do estudo de caso. *Revista Administração FECAP* volume 1 (1), jan/fev/mar. 2000. [Online] Disponível em http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm [Acesso em 18/06/2019]

Byrd, J.& Brown, P.L. (2003). *Innovation Equation: Building Creativity and Risk Taking in Your Organization*. San Francisco, Jossey-Bass.

Canefe, N. (2018) Invisible lives: Gender, dispossession, and precarity amongst syrian refugee women in the middle east. *Refuge* volume 34 (1), p.39–49.

Carrera S., Blockmans S., Gros D. & Guild E. (2015). The EU's Response to the Refugee Crisis Taking Stock and Setting Policy Priorities. *Ceps Essay* volume 20, p.1-27.

Cereja, I. (2017). *Cobertura da Crise de Refugiados Sírios na Era Digital*. Faculdade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/22159> [Acesso em 03/01/2018]

Choy, S. & Salehyan, I. (2013) No Good Deed Goes Unpunished: Refugees, Humanitarian Aid and Terrorism. *Conflict Management and Peace Science* volume 30 (1), p.30-75.

Cloutier, J. (2003). Qu'est-ce que l'innovation sociale? *Crises* volume ET0314. [Online] Disponível em: www.crisis.uqam.ca. [Acesso em: 18/08/2019].

Coelho, J.M.B.L. (2016) *Mulheres refugiadas em Portugal*. Lisboa: ISCTE IUL Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11465> [Acesso em: 20/01/2019]

Cohen, L., & Manion, L. (1994). *Research Methods in Education*. 4ª Ed. London: Routledge.

Comissão Europeia (sem data). *Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social (EaSI)*. [Online] Disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1081&langId=pt> [Acesso em 07/09/2019]

Comissão Europeia (1990). *Convenção de Dublin*. [Online] Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:41997A0819\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:41997A0819(01)&from=PT). [Acesso em 20/01/2019]

Comissão Europeia (2010). *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*. [Online] Disponível em <https://ec.europa.eu/migrant-integration/librarydoc/empowering-people-driving-change-social-innovation-in-the-european-union> [Acesso em 07/09/2019]

Comissão Europeia (2015a). *Rumo a uma agenda Europeia da Migração*. [Online] Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/priorities/migration_pt [Acesso em 17/12/2018]

Comissão Europeia (2015b). *Dez Prioridades Políticas da Comissão para 2015-2019*. [Online] Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/priorities_pt [Acesso em 21/01/2019]

Comissão Europeia (2015c) Asylum in the EU Member States Record number of over 1.2 million first time asylum seekers registered in 2015. *News release Eurostat*. [Online] Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7203832/3-04032016-AP-EN.pdf/790eba01-381c-4163-bcd2-a54959b99ed6>. [Acesso em: 27/01/2019]

Comissão Europeia (2017). Report from the Commission to the European Parliament, the European Council and the Council. *Ninth report on relocation and resettlement*. Brussels, 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20170208_ninth_report_on_relocation_and_resettlement_en.pdf [Acesso em 20/01/2019]

Comissão Europeia (2019a). Asylum and first-time asylum applicants by citizenship, age and sex Annual aggregated data (rounded). [Base de Dados], dezembro 2018. Bruxelas: Eurostat Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/migr_asyappctza [Acesso em: 23/06/2019]

Comissão Europeia (2019b). Unemployment by sex and age - annual average. [Base de Dados], dezembro 2018. Bruxelas: Eurostat Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/une_rt_a [Acesso em 01/09/2019]

Comissão Europeia (2019c). Crime, violence or vandalism in the area - EU-SILC survey. [Base de Dados], dezembro 2018. Bruxelas: Eurostat Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/ilc_mddw03 [Acesso em 01/09/2019]

Comissão Europeia (2019d). First instance decisions on applications by citizenship, age and sex Annual aggregated data (rounded). [Base de Dados], dezembro 2018. Bruxelas: Eurostat Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/migr_asydcfsta [Acesso em 05/08/2019]

Comparato, F. K. (2005). Teoria geral dos direitos humanos. *Renovar*, 2005. Rio de Janeiro.

Conselho Europeu (2016). *Declaração UE-Turquia*. [Online] Disponível em:
<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/> [Acesso em: 21/01/2019]

Correio da Manhã (2017). *À ‘mezze’ com quem fugiu da guerra*. [Online] Disponível em:
<https://www.cmjornal.pt/cm-ao-minuto/detalhe/a-mezze--com-quem-fugiu-da-guerra>
[Acesso em 10/01/2019]

Coutinho, C.P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. 2ª Ed. Coimbra: Almedina.

CPR (2018). *Apresentação*. [Online] Disponível em:
<http://refugiados.net/1cpr/www/apresentacao2.php> [Acesso em 07/01/2019].

CPR (sem data). *Missão, Visão e Valores*. [Online] Disponível em: <http://cpr.pt/missao-visao-e-valores/> [Acesso em 08/09/2019]

d’Albis, H., Boubtane, E., & Coulibaly, D. (2018). Macroeconomic evidence suggests that asylum seekers are not a “burden” for Western European countries. *Science Advances* volume 4(6), p.1-5.

DataJuris (2014). *Lei do Asilo*. [Online] Disponível em:
<http://viginti.datajuris.pt/pdfs/codigos/lasilo.pdf> [Acesso em: 13/12/2018]

Defourny, J. (2001). Introduction: From Third Sector to Social Enterprise. In: Borgaza e Defourny (orgs.), p.1-28.

Duraffourg, J., Duc, M. & Durrive, L. (2007). O Trabalho e o ponto de vista da atividade. In: Schwartz, Y.; Durrive, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*, Niterói: EdUFF, 2007, p. 47- 81.

Defourny, J & Nyssens, M. (2010) Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. *Journal of Social Entrepreneurship* volume 1(1), p.32-53.

Edwards, A. (2017). *Forced displacement worldwide at its highest in decades*. [Online] Disponível em <https://www.unhcr.org/news/stories/2017/6/5941561f4/forced-displacement-worldwide-its-highest-decades.html> [Acesso em 20/06/2019]

Eisenhardt, K. M. (1989). Building Theories from Case Study Research. *The Academy of Management Review* volume. 14 (4), p.532-550.

Ferreira, A.B. (2018). *Portugal no top 5 da economia social na Europa*. [Online] Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/portugal-no-top-5-da-economia-social-na-europa-9041280.html> [Acesso em 08/09/2019]

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*, 3ª Ed. São Paulo: Artmed.

Fontanella, B.J.B., Ricas, J., & Turato, E.R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública* volume 24(1), p.17- 27

Fundação EDP (2014) Negócio Social Speak chega a Lisboa. [Online] Disponível em: <https://www.fundacaoedp.pt/pt/noticias/negocio-social-speak-chega-lisboa> [Acesso em: 13/05/2019]

Fundação EDP (2017). *Um restaurante do Médio Oriente para a integração de refugiados*. [Online] Disponível em: <https://ppl.pt/fundacao-edp/restaurante-refugiados> [Acesso em: 13/05/2019]

Garcia C. C. (2015). *Breve história do Feminismo*. 3ª Ed. São Paulo: Claridade.

Ghotme, R. & Ripoll, A. (2014). International Relations of the Syrian Civil War: The United States and Russia in the Struggle for International Power. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad* volume 9(2), p.49-76.

Gurgel, T. (2010). Feminismo e luta de classe: História, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. *Anais do Fazendo gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis, SC, Brasil.

Henriques, F. (2019), entrevista realizada e gravada em 7 de novembro nas instalações do Restaurante Mezze, Lisboa

Lobo, L.B.N. & Sampaio, L.J.A. (2018) Debate jurídico sobre a prostituição, a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental ao trabalho. *Debate Feminista*, volume 55, p.59–80.

Leite et al (2017). A política externa dos EUA para o Oriente Médio (2003- 2011) e o surgimento do Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS). *Revista Debates* volume 11(2), p. 55-76

Luís, A.A., Silva, A., Auer C. & Albuquerque, R. (2017) Mulheres refugiadas em trânsito entre discriminações múltiplas: Uma síntese das vozes. *Faces de Eva* volume 37, p. 127-132. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/eva/n37/n37a09.pdf> [Acesso em 28/01/2019].

Lusa (2019). *Forças Democráticas Sírias anunciam fim do "califado" do ISIS*. [Online] Disponível em: <https://www.tsf.pt/internacional/interior/forcas-democraticas-sirias-anunciam-fim-do-califado-do-estado-islamico-na-siria-10715971.html> [Acesso em 20/06/2019]

Machado, C. (2004). *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.

Maneri, M., & Wal, J. (2005). The criminalization of ethnic groups: An issue for media analysis. *Qualitative Social Research* volume 6(3), p.1-28.

Matos, M.I.S. & Soihet, R. (2003). *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: UNESP p.221

McFadzean, E., O'Loughlin, A. & Shaw, E. (2005). Corporate Entrepreneurship and Innovation part 1: The Missing Link. *European Journal of Innovation Management* volume 8(3) p.350-372.

Medeiros, C., Machado, L., Pereira, L., & Costa, I.e Gomez, C. (2017). Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma Análise Sob a Perspetiva da Economia Solidária. *Revista Gestão.Org* volume 15(1), p. 61-72

Méndez, N.P. (2005) Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Revista Mulher e Trabalho: as mulheres no mundo do trabalho (parte II)* volume 5.

Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers.

Metcalfe-Hough, V. (2015) *The migration crisis? Facts, challenges and possible solutions. A policy brief*. [Online] Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9913.pdf> [Acesso em: 10.01.2019].

Mezze (2018). Relatório de Atividades de 2018. Relatório Interno da Associação Pão a Pão.

Mezze (2019). Relatório de Atividades de 2019. Relatório Interno da Associação Pão a Pão.

Ministério das Relações Exteriores (1943). O Problema Internacional das migrações e a paz futura. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano 4(4).

Millere, P. (2018). Social Inclusion Challenges of Refugees: A Case Study. *Economic Science for Rural Development* volume.49, p.349-355.

Milesi, R. (2003). *Refugiados: Realidade e Perspectivas*. Brasília: Edições Loyola.

Mocellin, R. (2000). *As mulheres na antiguidade*. In: Coleção de olho na história, p.56. São Paulo: Editora do Brasil.

Moulaert, F., Martinelli, F., Gonzáles, S. & Swyngedouw, E. (2007). Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities. *European Urban and Regional Studies* volume 14(3), p.195-209.

Murray, J. (2015). *A desastrosa combinação de assistencialismo e burocracia resulta em mortes em massa de imigrantes*. [Online] Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2207> [Acesso em 20/01/2019]

Nações Unidas Brasil (2018). *Violência contra as mulheres é 'pandemia global', diz chefe da ONU*. [Online] Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-as-mulheres-e-pandemia-global-diz-chefe-da-onu/> [Acesso em: 22/06/2019]

Nicholls, A. (2006). *Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change*. Oxford, Oxford University Press.

Novy, A. & Leubolt, B. (2005). Participatory Budgeting in Porto Alegre: Social Innovation and the Dialectical Relationship of State and Civil Society. *Urban Studies* volume 42(11) p.2023-2036

Observatório das Migrações (2019). *Destaques Estatísticos #28 Asilo e Proteção Internacional dos Migrantes*. [Online] Disponível em <https://www.om.acm.gov.pt/sabia-que> [Acesso em: 01/09/2019]

OECD (2013). *International Migration Outlook 2013*. OECD Publishing.
https://doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-en

OECD/UNHCR (2018). *Engaging with employers in the hiring of refugees*. [Online]
Disponível em:
https://www.unhcr.org/5adde9904#_ga=2.80674836.228858088.1548731969-1379885955.1545074323 [Acesso em 20/01/2019]

OIM (2018a). *IOM Mission*. [Online] Disponível em: <https://www.iom.int/mission>
[Acesso em 14/12/2018]

OIM (2018b). *A Nossa Abordagem ao Retorno Voluntário e à Reintegração*. [Online]
Disponível em: <http://www.retornovoluntario.pt/sobre.php#abordagem> [Acesso em
06/01/2019]

Oliveira, A. (1969). Feminismo. *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Lisboa: Verbo.

ONU, 1948. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. [Online] Disponível em:
<https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> [Acesso em: 17/06/2019]

ONU (2018). *Global Trends. Forced Displacement in 2018*. [Online] Disponível em:
<https://www.unhcr.org/globaltrends2018/> [Acesso em: 17/06/2019]

Pantazis, C., Gordon, D. & Levitas, R. (2006). *Poverty and Social Exclusion in Britain*.
Joseph Rowntree Foundation. 1ª Ed, University of Bristol: The Policy Press.

PAR (2017). *A PAR*. [Online] Disponível em: <http://www.refugiados.pt/a-par/> [Acesso
em 20/01/2019]

PAR (2019). *PAR Famílias*. [Online] Disponível em: <http://www.refugiados.pt/par-familias/> [Acesso em: 20/01/2019]

Parente C., Lopes A & Marcos V. (2014) Social Entrepreneurship Profiles: Lessons from
Organizational and Management Dynamics. *Journal of Social Entrepreneurship* volume
5(1), p.22-41.

Parlamento Europeu (2017). *A Crise de migração na EU em números*. [Online]
Disponível em:
<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170629STO78630/a-crise-de-migracao-na-ue-em-numeros> [Acesso em: 25/01/2019]

Pedro, C. B.& Guedes, O.S. (2010). As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

Pereira, J.A.G. (2016). *Da Crise dos Refugiados na Europa: Uma Ameaça à Segurança?* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Pettigrew, T. (2015). Samuel Stouffer and Relative Deprivation. *Social Psychology Quarterly* volume 78, p.7–24.

Pinheiro, S. (2018). *É possível integrar bem os refugiados? Em Portugal há bons exemplos.* [Online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/07/08/sociedade/noticia/e-possivel-integrar-bem-os-refugiados-em-portugal-ha-bons-exemplos-1837140> [Acesso em: 20/01/2019]

Pinto, M. (2016). “Pão a pão”, ajudar a integrar as refugiadas sírias. [Online] Disponível em <https://www.publico.pt/2016/11/21/p3/noticia/pao-a-pao-ajudar-a-integrar-as-refugiadas-sirias-1826974> [Acesso em 01/08/2019]

Pol, E.& Ville, S. (2009). Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term? *The Journal of Socio-Economics*, volume 38, p.878-885.

Portugal 2020 (sem data). *Balcão Portugal 2020*. [Online] Disponível em: <https://balcao.portugal2020.pt/Balcao2020.idp/RequestLoginAndPassword.aspx> [Acesso: 07/09/2019]

Portugal 2020 (2014) - *Acordo de Parceria 2014-2020*. [Online] Disponível em: https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/1._ap_portugal_2020_28julho_0.pdf [Acesso em: 07/09/2019]

Reis, R. (2004). Direitos Humanos e Migrações Internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* volume. 19, p.149-163.

Ribeiro, D. (2016). Feminismo Negro para um novo marco civilizatório, *SUR* 24 volume 13(24), p. 99-104.

Rosolen, T., Tiscoski, G. & Comini, G. (2014) Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Publicação Nacional e Internacional. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social* volume 3(1) p.85-105

Ruaudel, H. and Zetter, R. (2018). Refugees right to work and access to labour markets: constraints, challenges and ways forward. *Forced Migration Review* volume 58, p. 4–7.

Sampaio, V. (2014) Uma política Europeia para as migrações? In: VIII Congresso de Português de Sociologia. 40 anos de Democracias: progressos, contradições e perspectivas. *Associação Portuguesa de Sociologia*, p. 1-14.

Sani, A. (2002). *As crianças e a violência*. Coimbra: Quarteto

Santinho, M.C. (2011). *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*. [Online] Disponível em: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese48_paginacao_06_lr.pdf/700654fe-64e8-401d-9d8d-3b13b2da125c [Acesso em 20/01/2019]

Santinho, M. C. (2013). Afinal, que asilo é este que não nos protege?. *Etnográfica*, volume 17(1), p. 5-29.

Schumpeter, J. (1985). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural

Schumpeter, J. A. (1988). *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultura.

Schwinn, S.A. & Costa, M.M. (2016). Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência. *Signos* volume 37(2), p. 216-234.

SEA (sem data). *Objetivos Globais*. [Online] Disponível em <https://www.seagency.org/objectivos-globais/> [Acesso em 05/09/2019]

Segurança Social (2019). *Rendimento social de inserção*. [Online] Disponível em: <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao> [Acesso em: 24/09/2019]

Selimos, E.D. & George, G. (2018). Welcoming Initiatives and the Social Inclusion of Newcomer Youth: The Case of Windsor. *Canadian Ethnic Studies* volume 50(3), p. 69-89.

Sen, G. (1997). Empowerment as an approach to poverty. *Poverty and human development* vol 1997 Human Development Report Off., p.175-194.

Silva M.R.T. (1983). Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. *Análise Social* volume 19(77/79), p. 875-907. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf> [Acesso em: 02/08/2019]

SJR (2018). *Relatório Atividades 2017*. [Online] Disponível em: http://www.jrsportugal.pt/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio_2017_Digital.pdf [Acesso em: 06/01/2019]

Stake, R.E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Stolcke, V. (1995). Talking Culture: New Boundaries, New Rhetorics of Exclusion in Europe. *Current Anthropology* volume 36(1), p.1-24.

Teles, P. (2017). As respostas da Europa à crise dos refugiados. *Janus 2017*. [Online] Disponível em: <http://janusonline.pt/11-anuarios/9-janus-2017> [Acesso em: 29/01/2019].

The Economist (2012). *Wait and Sea*. [Online] Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2012/01/14/wait-and-sea> [Acesso em: 26/01/2019]

Turton, D. (2003). Conceptualising Forced Migration. *Refugee Studies Centre*. RSC Working Paper nº 12. University of Oxford.

UNHCR (2017). *Global Trends Forced Displacement in 2017*. [Online] Disponível em: <http://www.unhcr.org/globaltrends2017/> [Acesso em: 26/01/2019]

UNHCR (2018). *Forced displacement above 68m in 2017, new global deal on refugees critical*. [Online] Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/press/2018/6/5b27c2434/forced-displacement-above-68m-2017-new-global-deal-refugees-critical.html> [Acesso em: 25/01/2019]

Ventura, M.M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ* volume 20(5), p.383-386.

Wagner, P. (2018). *Where The Most People of Concern Live* [Online] Disponível em: <https://www.statista.com/chart/14473/share-of-refugees-in-europe/> [Acesso em: 23/06/2019]

Yin, R. K. (2009). Case study research: Design and methods. *Canadian Journal of Action Research* volume 14, p.69-71.

Yunus, M. (2008). *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. 1ª Ed. São Paulo: Ática.

Zahra, S. A., Rawhouser, H. N., Bhawe, N., Neubaum, D. O., & Hayton, J. C. (2008). Globalization of Social Entrepreneurship Opportunities. *Strategic Entrepreneurship Journal* volume. 2(2), p.117–131.

7. Anexos

Anexo 1

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza

Rúbricas	dezembro-2017	dezembro-2018
Rendimentos e Gastos		
Vendas e Serviços Prestados	€ 175.510	€ 478.107
Subsídios, doações e legados à exploração	€ 104.244	€ 51.495
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-€ 36.439	-€ 141.344
Fornecimento e serviços externos	-€ 69.712	-€ 131.068
Gastos com pessoal	-€ 60.951	-€ 245.128
Outros rendimentos	€ -	€ 1.220
Outros gastos	-€ 836	-€ 10.676
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	€ 111.817	€ 2.605
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-€ 5.171	-€ 10.289
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	€ 106.646	-€ 7.684
Juros e rendimentos similares obtidos	€ -	€ -
Resultado antes de impostos	€ 106.646	-€ 7.684
Imposto sobre o rendimento do período	-€ 504	-€ 463
Resultado líquido do período	€ 106.142	-€ 8.147

Anexo 2

Balção Individual

Rúbricas	2017	2018
Ativos	€ 145.923	€ 170.913
Ativos Não Correntes	€ 21.049	€ 77.973
Ativos Fixos Tangíveis	€ 20.795	€ 76.736
Investimentos Financeiros	€ 254	€ 1.237
Ativos Correntes	€ 124.874	€ 92.940
Inventários	€ 2.154	€ 1.103
Créditos a Receber	€ 1.390	€ 1.718
Diferimentos	€ -	€ 806
Outros Ativos Correntes	€ 24.366	€ 40.050
Caixa e Depósitos Bancários	€ 96.964	€ 49.264
Fundos Patrimoniais e Passivo	€ 145.923	€ 170.913
Fundos Patrimoniais	€ 4.000	€ 110.142
Fundos	€ 4.000	€ 4.000
Resultados Transitados	€ -	€ 106.142
Resultado Líquido do Período	€ 106.142	-€ 8.147
Total dos Fundos Patrimoniais	€ 110.142	€ 101.995
Passivo	€ 35.782	€ 68.918
Passivo Corrente	€ 35.782	€ 68.918
Fornecedores	€ 1.500	€ 21.929
Estado e Outros Entes Públicos	€ 9.359	€ 15.281
Outros Passivos Correntes	€ 24.922	€ 31.709